Diagnóstico e Impactos do Programa Nacional de Incubadoras de **Cooperativas Populares**

ISBN - 987-85-86471-30-8

Edição
Setor de Comunicação da FASE

Organização
Ana Paula de Moura Varanda
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva Cunha

Redação
Ana Paula de Moura Varanda e
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva Cunha

Revisão
Sandra Mayrink Veiga

Projeto Gráfico
Maurílio Guimarães Soares

Apoio
FINEP

FASE – Rua das Palmeiras, 90 Botafogo. Rio de Janeiro, RJ
Tel: 21 2536-7350. **www.fase.org.br**

Catalogação na fonte

Diagnóstico e Impactos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares [organizadores: Ana Paula de Moura Varanda e Pedro Cláudio Cunca Bocayuva Cunha] Rio de Janeiro, FASE: 2007.
Número de páginas: 60 Formato: 20 x 28 cm
1. Incubadoras de cooperativas populares.
2. Economia Solidária. 3. Autogestão. .

Diagnóstico e Impactos do Programa Nacional de Incubadoras de **Cooperativas Populares**

Organização
Ana Paula de Moura Varanda
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva Cunha
2007

FASE – Rua das Palmeiras, 90 Botafogo. Rio de Janeiro, RJ
Tel: 21 2536-7350. **www.fase.org.br**

Projeto de Acompanhamento do Proninc
Convênio FASE/FINEP

Equipe Executora

Coordenador

Pedro Claudio Cunca Bocayuva Cunha

Coordenadora Técnica

Ana Paula de Moura Varanda

Pesquisadores

Letícia Rebello Pimentel

Carlos Alberto Amaral

Assessoria de Informática

Maurício Quintão e Jorge Martins

Assessoria Administrativa

Leila Gomes de Souza

Índice

Tabelas

Gráficos

Mapas

Apresentação

Paul Singer [1]

O livro, que o leitor tem em mãos, constitui um dos mais completos estudos do Proninc – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. A Incubadora de Cooperativas Populares é uma entre várias inovações institucionais que o crescente movimento de economia solidária produziu no Brasil nos últimos 12 anos. Ele foi fruto da Campanha de Combate à Fome e pela Vida, liderada por Betinho, o famoso sociólogo que, no início dos 1990, arrebatou multidões em todo o país em sucessivos movimentos cívicos, contra a crise do trabalho. Com a abertura do mercado às importações asiáticas e a estabilização dos preços via âncora cambial milhões de postos de trabalho foram perdidos, com o desemprego e a exclusão social atingindo patamares nunca antes imaginados. A reação das vítimas contou com o apoio da Igreja, dos sindicatos e das universidades, para encontrar, em diversas formas de auto-emprego associado, saídas para a crise.

As incubadoras nasceram nas universidades, reunindo professores, técnicos e alunos na tarefa de dar a grupos de homens e, sobretudo mulheres sem-trabalho formação em economia solidária e apoio logístico, administrativo, legal etc. na criação de novas cooperativas populares. A primeira ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares) surgiu na UFRJ e contou com a assistência de professores do Rio Grande do Sul, onde o cooperativismo ainda constituía matéria curricular. O aprendizado foi surpreendentemente rápido e a moda de se associar em cooperativas populares se espalhou pelos morros do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, a Cáritas semeava os PACS (Projetos Alternativos Comunitários) nas comunidades pobres do interior do Brasil e os trabalhadores das primeiras empresas recuperadas pelos seus ex-empregados formavam em São Paulo a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Auto Gestão).

Este foi o contexto em que surgiu o Proninc, em 1998. A celeridade com que a crise difundia a desgraça condicionava a velocidade com que surgiam e se espalhavam estas respostas a ela. Naquele ano, o Proninc estreava apoiando a formação de ITCPs em mais cinco universidades, o que deve ter exaurido seus recursos para este fim. Mas, novas incubadoras não paravam de se criar, embora sem poder contar com o patrocínio do Proninc. O Programa ainda conseguiu proporcionar nova ajuda a duas das primeiras seis incubadoras, mas, em seguida entrou em dormência, da qual só foi despertado, em 2003, pela ascensão de Lula ao governo federal.

Por iniciativa da FINEP, o Proninc foi revivido e nele foi incluído a Senaes (Secretaria Nacional de Economia Solidária), que havia sido criada por Lula, no mesmo ano. Naquela altura, já havia 33 incubadoras, organizadas em duas redes, que foram todas incorporadas ao Proninc. No mesmo ano, o Proninc deu apoio material a todas incubadoras, tanto para dar continuidade à incubação como para ajudar a criar novas incubadoras. A partir de 2005, todas as incubadoras premiadas passaram a ser acompanhadas pela FASE, tendo em vista a avaliação do trabalho realizado por elas. O acompanhamento das incubadoras deu ensejo à FASE de realizar ampla pesquisa sobre a incubação e seus resultados e que é o objeto deste volume.

As ITCPs são uma derivação das Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares que vêm se multiplicando nos países, ao sabor das oportunidades oferecida pela ubíqua revolução tecnológica em curso.

[1] Titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária e Coordenador do Comitê Gestor do Proninc.

Elas lançam mão do ambiente universitário para oferecer um acolhimento favorável a pequenas empresas, que desenvolvem aplicações práticas de novos conhecimentos, em sua passagem do laboratório à produção para o mercado. As ITCPs são inteiramente diferentes. A sua novidade não está na tecnologia de produção, mas na forma em que esta é organizada. A cooperativa é um empreendimento formado por trabalhadoras(es) que são as proprietárias(os) dela e que, ao mesmo tempo, trabalham nela, a administram coletivamente de forma democrática e partilham os ganhos pecuniários, segundo regras que eles mesmos formulam e adotam.

De certa forma, a inovação trazida pelas ITCPs é mais ampla que as introduzidas pelas incubadoras convencionais. Em primeiro lugar, porque ela permite à gente pobre se inserir na produção social pelo seu próprio esforço; em segundo, porque este esforço é duplicado, pois implica no aprendizado de como entender a autogestão e participar dela. Cada cooperativa popular tem de abrir espaço em mercados e ao mesmo tempo seus membros têm de aprender a viver e trabalhar inseridos em relações de produção horizontais – ninguém manda em ninguém. A gestão coletiva é radicalmente oposta à que até agora é tida como "normal", marcada pela concentração de poder nas mãos dos donos da empresa e seus prepostos, portanto pela hierarquia, pela desigualdade e pela competição interindividual.

As inovações tecnológicas são muito variadas, mas, uma vez aperfeiçoadas, tendem a ser padronizadas e patenteadas. Inovações sociais, como as que compõem a economia solidária, obviamente não podem ser patenteadas. Elas são como o software livre: seu código é aberto e os usuários podem modificá-las à vontade. Por isso, cada cooperativa apresenta peculiaridades e cada incubação tem características próprias, que desafiam qualquer tentativa de padronização. Cada incubação é um processo interativo entre dois agrupamentos: os trabalhadores que buscam a sua maneira de praticar a autogestão e os incubadores, geralmente estudantes universitários, que procuram ajudar, mas não podem deixar de apreender.

A interação entre incubados e incubadores enriquece em conhecimentos e experiências ambos os lados. Cada incubadora absorve, todo dia, novos conhecimentos provenientes de diferentes processos de incubação e de alguma forma os transmite, pela participação de seus estudantes nas atividades acadêmicas, ao conjunto da universidade. Isso vale para qualquer atividade de extensão que tem por fim a transformação social. No caso da economia solidária, trata-se de uma produção ininterrupta de inovações, tanto pelos trabalhadores como pelos professores e seus estudantes.

Este livro reúne as observações sistematizadas dos pesquisadores da FASE deste processo. Ele permite vislumbrar as transformações que as incubadoras universitárias, apoiadas pelo Proninc, vem produzindo, principalmente do ângulo da inserção produtiva, da geração de trabalho e renda. As transformações no seio das universidades são menos visíveis quanto ao ensino e à pesquisa. Mas, vale o registro duma mudança mais visível: a grande maioria dos profissionais que passaram parte de sua vida estudantil em incubadoras tende a manter laços com a economia solidária, seja no prosseguimento de suas carreiras acadêmicas seja em sua vida profissional.

Introdução

Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Social

O Projeto de Acompanhamento do Proninc – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares permitiu constatar o estado da arte dos processos sistemáticos de incubação de cooperativas populares realizados pelas universidades brasileiras. Ao longo desse trabalho foram coletadas informações quantitativas e qualitativas que permitiram construir um primeiro diagnóstico das principais tendências e impactos relativos à atuação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

As Incubadoras na sua trajetória de constituição institucional – vinculada aos desafios da crise e reestruturação do trabalho e com o objetivo de contribuir para o fortalecimento das políticas públicas de luta contra a desigualdade – mobilizam recursos e desenvolvem conhecimento, tendo como referencial as diferentes estratégias de interação que executam junto aos setores populares. Além disso, apóiam ações governamentais e movimentos sociais na busca por alternativas para enfrentar o desafio de pensar iniciativas de inclusão sócio-produtiva de milhares de pessoas. Podemos situar esse esforço de construção de ambientes de aprendizagem e desenvolvimento de tecnologias organizacionais, de produtos e serviços como um passo estratégico para um salto de qualidade em matéria de tecnologias aplicadas ao contexto social e às demandas dos segmentos populares.

A partir deste referencial, o conjunto de projetos apoiados pelo Proninc contribui de maneira decisiva para a construção de políticas ativas de geração de trabalho e renda. Sobretudo, pelas inovações propostas que resultam da percepção das metodologias de incubação enquanto tecnologias sociais, desempenhando um papel estratégico como projeto dialógico, político e educativo na contribuição para o fortalecimento da cidadania e da organização dos setores populares.

A atividade das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, como veremos com a análise dos dados, relaciona-se com os grupos populares a partir dos mecanismos educativos de democratização dos saberes: estende, socializa e transfere recursos intelectuais e meios técnicos através de dinâmicas interativas de aprendizagem. O resultado é que há uma reversão nos esquemas das trajetórias clássicas de incubação voltadas para as empresas de base tecnológica.

Desta forma, a inversão de prioridades representada pelo Proninc faz avançar os processos de capacitação e organização produtiva de bens e serviços de forma adequada aos requisitos oriundos das demandas populares.

As incubadoras contribuem para ordenar o quadro confuso da disputa sobre os rumos que devem tomar as iniciativas dispersas de capacitação para o trabalho, até agora realizadas de forma pouco sistemática e menos consistente por atores públicos, pelo sistema S, por ONGs e por movimentos sociais. Neste contexto, a contribuição das ITCPs combina apoio direto, produção e troca de conhecimentos, formação de quadros e construção de projetos e políticas.

A adoção de padrão sistemático e institucionalizado para a incubação de empreendimentos coletivos pelas universidades é um precedente histórico para a construção de novas práticas de mobilização democrática e produtiva dos setores populares. Propicia uma releitura dos desafios econômicos e sociais para a construção de um novo paradigma organizacional para o trabalho e a economia solidária.

O processo de incubação construído na relação das universidades com grupos populares, associações e cooperativas já consegue ultrapassar as primeiras barreiras para a afirmação de uma estratégia de inserção produtiva. As dinâmicas restritas da informalidade, expressas nas táticas de sobrevivência de micro-empreendedores, de grupos e comunidades, encontram na Incubadora um instrumento decisivo para fortalecer a emergência de iniciativas experimentais, que marcam o campo em construção da economia solidária.

Através do Sistema de Acompanhamento do Proninc, já podemos observar os aspectos qualitativos e quantitativos gerados pela ação das incubadoras, na medida em que estas atuam na re-configuração das formas de organização do trabalho autônomo, individual e de grupo, na direção do reconhecimento, fortalecimento e sustentabilidade da cooperativa popular como célula desse processo de inserção sócio-produtiva.

Por meio do experimentalismo democrático, as ITCPs buscam transformar as relações de propriedade, posse e acesso aos meios de produção, ampliando a cidadania ao fortalecer os processos de conquista e criação de direitos, reconhecimento dos grupos, associações e cooperativas. Promovem a inovação institucional na articulação com as políticas públicas. Por isso, sempre fortalecem as redes sociais de produtores, alcançam impacto nas dinâmicas territoriais e modificam o formato das ações públicas municipais, ampliando as condições e a qualidade do acesso ao mercado e à renda para um conjunto de beneficiários diretos e indiretos.

Essas afirmações estão apoiadas em um amplo conjunto de informações sistematizadas a partir de questionários e de relatórios. Este material foi elaborado segundo os termos de referência e a metodologia constituída para a elaboração do Sistema de Acompanhamento do Proninc, estabelecido pelo Comitê Gestor do Programa, como parte do ambiente avaliativo exigido pelas normas públicas e executado pela FASE.

Para mais informações, vide: **www.acompanhamentoproninc.org.br**

I Metodologia do Projeto

O Projeto de Acompanhamento do Proninc foi executado pela FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional entre março de 2005 e setembro de 2007. Neste período, foram visitadas as 33 incubadoras apoiadas pelo Programa e uma amostra de 91 grupos incubados. Os projetos visitados e acompanhados foram financiados através da chamada pública realizada pelo Proninc em setembro de 2003.

A metodologia adotada pelo projeto baseou-se na noção de *acompanhamento* evidenciando a percepção da avaliação do Programa como estratégia processual e participativa. Sendo assim, os parâmetros, conceitos e indicadores para a leitura conjunta dos projetos deveriam ser definidos progressivamente a partir da criação de diferentes formas de interação entre os atores envolvidos na construção do Proninc enquanto política pública, como: reuniões com o comitê gestor, oficinas, seminários, visitas a incubadoras e empreendimentos.

Nesse processo, a FASE procurou desempenhar um papel de agente intermediador na criação de um ambiente avaliativo para o Proninc, buscando dar maior transparência e visibilidade aos resultados e iniciativas apoiadas.

A sistematização dos relatórios das visitas e o processamento das informações dos bancos de dados nos dão idéia dos impactos e resultados alcançados pelo Programa, mas também fornecem subsídios para que as incubadoras possam produzir seus próprios indicadores para avaliar e planejar suas ações junto aos grupos beneficiários.

Atividades Executadas

Revisão de documentos relacionados à história e trajetória do Proninc e das incubadoras e construção dos instrumentos de pesquisa.

Esta etapa foi executada nos meses de abril e maio de 2005 , antes do início das visitas. Envolveu a leitura e análise dos projetos e relatórios de atividades enviados pelas incubadoras; do material relativo à avaliação da primeira fase do Proninc, em 1998[2]; do texto relativo à sistematização e problematização das metodologias desenvolvidas pelas Incubadoras e Núcleos Locais da Unitrabalho, apoiados pela Fundação ICCO[3] no âmbito do "*Projeto Incubadoras 2001*".

A partir da revisão dos documentos acima, das reuniões com o Comitê Gestor do Proninc[4] e da realização de algumas visitas-piloto às incubadoras, foram definidas as questões analíticas e variáveis para a elaboração dos roteiros para a coleta de informações junto às incubadoras e empreendimentos. As visitas às incubadoras e empreendimentos foram orientadas por dois instrumentos de coleta de informações, além de

[2] As experiências das seis incubadoras apoiadas na etapa inicial de criação de Proninc foram sistematizadas na publicação "Construindo Alternativas de Geração de Trabalho e Renda: Proninc – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares", editada pelo COEP em 2002.
[3] Organização Interclesiástica para a Cooperação e o Desenvolvimento.
[4] Na ocasião integravam o Comitê Gestor do Proninc as seguintes instituições: o Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretária Nacional de Economia Solidária; o Ministério do Desenvolvimento Social; a Financiadora de Estudos e Projetos; a Fundação Banco do Brasil; o Banco do Brasil e o COEP Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida.

contar com a apresentação dos projetos pelas equipes das universidades executoras. Os roteiros abordam aspectos da metodologia, engajamento e mobilização do corpo técnico da universidade, vínculos externos, perfil dos beneficiários do Programa, resultados sociais e econômicos obtidos e outros. Além de aspectos quantitativos, os roteiros para pesquisa junto aos empreendimentos e incubadoras guardam espaço para o resgate discursivo dos atores.

Realização de seminários

Nos dias 3 e 4 de maio, foi realizado na USP – Universidade de São Paulo o primeiro seminário nacional reunindo as incubadoras, o Comitê Gestor e parceiros do Proninc, com o objetivo de compartilhar experiências de incubação desenvolvidas pelas universidades; articular e propor novas parcerias para o programa e dialogar com políticas públicas de geração de renda e inclusão social; apresentar e discutir o Projeto de Acompanhamento do Proninc.

O segundo seminário organizado pelo Projeto de Acompanhamento foi realizado nos dias 10 e 11 de outubro de 2005 em Fortaleza, envolveu o Comitê Gestor do Proninc e representantes de incubadoras e de empreendimentos incubados da Região Nordeste. Foram abordadas questões relativas aos entraves à comercialização, financiamento e crédito para empreendimentos solidários e às metodologias de incubação empreendidas pelas universidades apoiadas pelo Proninc na Região Nordeste.

Foi realizado ainda um seminário na Universidade Federal de Juiz de Fora nos dias 8 e 9 de maio de 2006, que abordou os temas da cadeia produtiva da reciclagem e do marco legal do cooperativismo. Estes temas foram propostos em função do destaque que assumiram nas etapas de visita e processamento das informações.

Por fim, nos dias 13 e 14 de novembro de 2006 no IAB/RJ – Instituto de Arquitetos do Brasil, foi realizado um seminário para a divulgação e debate dos resultados alcançados pelo Programa. Envolveu a apresentação da pesquisa executada pela FASE e as opiniões das Redes de Incubadoras, dos membros do Comitê Gestor e dos empreendimentos incubados. O encontro possibilitou um amplo espaço para a discussão dos resultados alcançados e a indicação de perspectivas futuras para o Programa.

As apresentações e debates acontecidos ao longo dos seminários foram sistematizados no livro "Acompanhamento e Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras – Proninc: Relatórios dos Seminários e Oficinas", publicado pela FASE.

Visitas de acompanhamento às incubadoras e aos empreendimentos incubados

Após a construção dos instrumentos de pesquisa foram realizadas visitas de acompanhamento às 33 incubadoras apoiadas pelo Proninc, no período de maio a outubro de 2005. Os questionários foram aplicados aos empreendimentos (cooperativas, associações e grupos informais) e, posteriormente, foram elaborados 33 relatórios analítico-descritivos relativos às experiências de incubação de empreendimentos solidários desenvolvidas pelas universidades apoiadas. Os relatórios, que destacam elementos positivos e recomendações visando o aprimoramento das iniciativas em curso, foram encaminhados às incubadoras executoras dos projetos e ao Comitê Gestor do Proninc. E, juntamente com as informações extraídas dos

bancos de dados e dos relatórios dos seminários realizados, foram sistematizadas para a produção deste documento final com a análise dos resultados e perspectivas futuras para o Programa.

Foram visitados 95 empreendimentos incubados nesse período, mas para efeito de processamento e tratamento das informações foram considerados apenas 91 questionários aplicados.

Construção do banco de dados, sistema de informações e site do projeto

A partir dos questionários aplicados aos empreendimentos e às incubadoras, foram criados dois bancos de dados interligados no formato MySQL, disponíveis para preenchimento através do *site* www.acompanhamentoproninc.org.br. Os dados captados durante a pesquisa encontram-se disponíveis para visualização na forma de gráficos e tabelas em área restrita do *site* do projeto. Para as análises e tratamento das informações dos bancos de dados também foi utilizado o *software* Modalisa, desenvolvido pelo laboratório de pesquisa CRES da Universidade de Paris 8.

O *site* do projeto também reúne informações sobre o histórico e os objetivos do Proninc, sobre as Universidades apoiadas, os relatórios dos seminários realizados e a produção acadêmica a partir da atuação das incubadoras.

II Abrangência das Ações do Programa

As visitas realizadas pelo Projeto às 33 incubadoras apoiadas pelo edital lançado pelo Programa em 2003 ocorreram entre maio e setembro de 2005, período em que a maioria das incubadoras possuía menos de cinco anos de existência. Tratava-se, portanto, de experiências recentes, muitas delas ainda em fase de consolidação.

Os dados revelam uma forte correlação entre a trajetória do Proninc e a dinâmica de criação e expansão das Incubadoras de Cooperativas Populares. De acordo com a tabela 1, das 14 incubadoras com mais de cinco anos de existência, 9 foram criadas entre meados de 1998 e 1999, coincidindo com a primeira fase do Proninc. Observa-se também que nos últimos dois anos considerados no levantamento – período que compreende a segunda fase do Proninc – o número anual de incubadoras criadas corresponde ao dobro da média dos quatro anos precedentes. Deve-se ainda ressaltar positivamente que a tendência de crescimento do número de incubadoras teve prosseguimento (ainda que de forma menos acelerada) no intervalo entre as duas fases do Proninc. Para isso as duas redes, às quais as incubadoras estão ligadas, contribuíram de maneira decisiva. Desenvolveram um conjunto de atividades voltadas para a troca de experiências, discussão de metodologias, formação continuada das equipes, construção de parcerias e busca de financiamentos que resultaram na difusão e consolidação das experiências em curso.

Tabela 1 | Tempo de existência das incubadoras

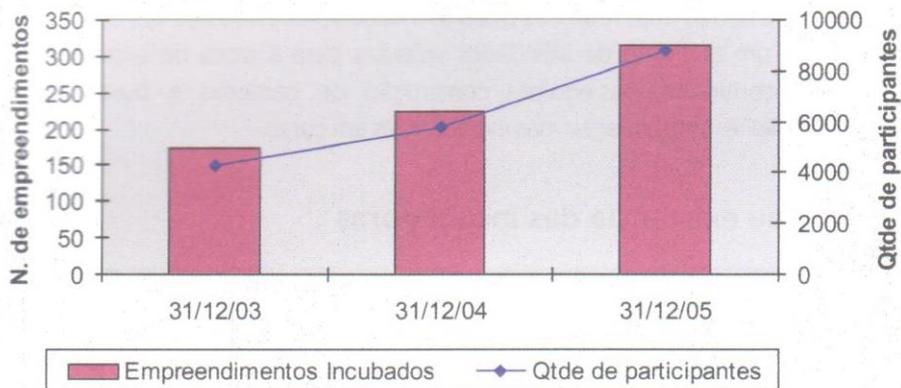
Tempo de existência (em anos)	Absoluto	Percentual
Mais de 10	1	3%
entre 9 e 10	0	0%
entre 8 e 9	2	6%
entre 7 e 8	0	0%
entre 6 e 7	9	28%
entre 5 e 6	2	6%
entre 4 e 5	3	9%
entre 3 e 4	3	9%
entre 2 e 3	2	6%
entre 1 e 2	5	16%
menor ou igual a 1	5	16%
Total	**32**	**100%**
Não informado	1	-

No segundo semestre de 2005, as incubadoras estavam disseminadas por todas as regiões do país, conforme pode ser observado na tabela 2, evidenciando uma presença maior nas regiões Sudeste (12), Sul (9) e Nordeste (8).

Tabela 2 | Distribuição espacial das incubadoras e empreendimentos incubados

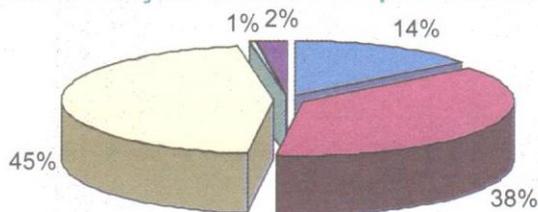
Regiões	Incubadoras	Empreendimentos
Norte	2	18
Nordeste	8	82
Centro-Oeste	2	16
Sudeste	12	112
Sul	9	87
Total	**33**	**315**

No total, as incubadoras atendiam a 315 empreendimentos (média de 9,5 por incubadora), com cerca de 9 mil participantes. Entre 2003 e 2005 (gráfico 1) ocorreu um aumento expressivo tanto no número de empreendimentos incubados (82%) quanto no de participantes (110%), o que pode ser atribuído ao surgimento de novas incubadoras e à intensificação das ações das incubadoras existentes, possivelmente como resultado da retomada do Proninc.

Gráfico 1 | Número de empreendimentos incubados e de participantes

Constituição jurídica dos grupos

Pouco mais da metade (55%) dos empreendimentos incubados estavam legalmente constituídos – 38% na forma de cooperativas e 14% na de associações (gráfico 2).

A existência de uma parcela expressiva de empreendimentos informais pode ser atribuída a vários fatores, entre os quais: exigências legais para a formação de cooperativas e aumento de custos devido à incidência de uma elevada carga tributária.

Gráfico 2 | Forma de Constituição/Total de empreendimentos incubados

- Associações
- Cooperativas
- Grupos Informais
- Micro-empresa autogestionária
- Instâncias de Intercooperação (redes, centrais, articulações para o consumo ético e solidário)

A discussão sobre o marco legal do cooperativismo[5] esteve presente ao longo do projeto. Dada a relevância deste tema, foi realizado um seminário específico (nos dias 08 e 09 de maio de 2006, na cidade de Juiz de Fora) onde se enfatizou a necessidade de se relacionar a legislação com as esferas de representação do cooperativismo popular. O encontro evidenciou a importância de se trabalhar a partir de uma concepção mais ampla do Direito, não restrito apenas às normas e aos instrumentos legais, mas que envolve também as práticas sociais, através das quais são gerados os procedimentos para a formulação e aplicação das legislações. Neste sentido, o marco regulatório do cooperativismo deve ser compatível com as demandas postas pelas instâncias que representam as cooperativas populares e o movimento de economia solidária no país.

Como reflexo da importância de se incentivar estratégias de intercooperação entre os grupos de economia solidária, instâncias governamentais e entidades de apoio, as incubadoras também vêm se destacando no desenvolvimento de metodologias específicas para a incubação de redes e outras modalidades de articulação.

Distribuição dos empreendimentos por segmentos econômicos

A participação dos empreendimentos incubados segundo os segmentos econômicos revela uma concentração nos setores de Prestação de Serviços; Produção Agropecuária, Extrativismo e Pesca; Produção de Artefatos Artesanais e Serviços de Coleta e Reciclagem de Materiais (gráfico 3).

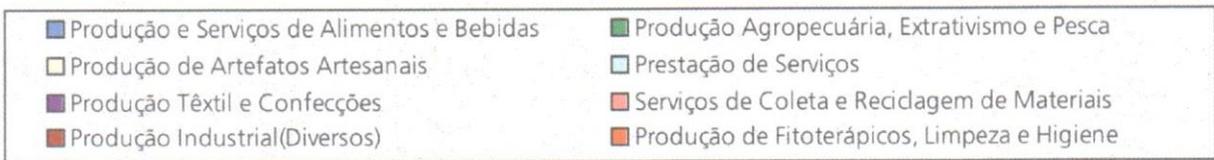
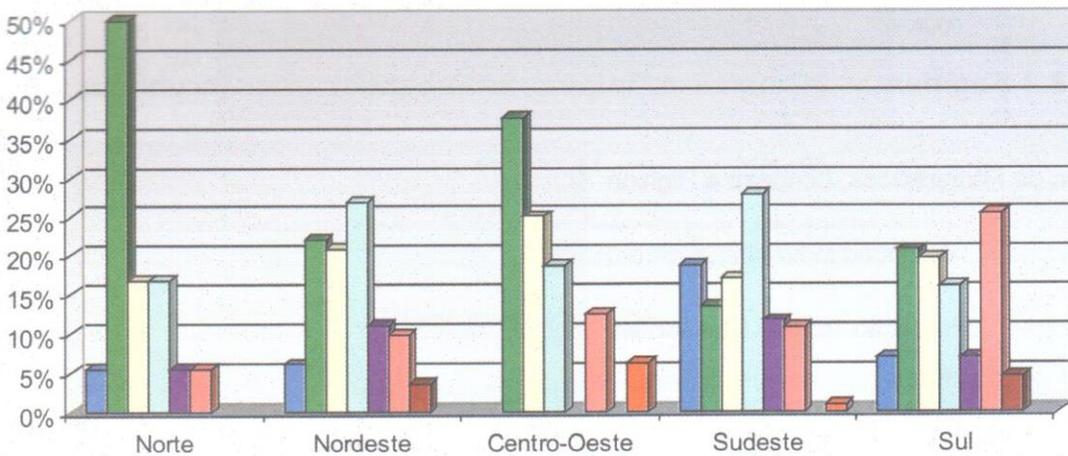
Gráfico 3 | Segmentos Econômicos/Total de empreendimentos incubados

[5] Para aprofundar a análise sobre as relações entre Estado e Sociedade Civil na conformação do Direito e da legislação cooperativista no país vide: GEDIEL, José Peres. Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania. Curitiba: UFPR, 2005.

A classificação dos empreendimentos em segmentos econômicos está baseada na nomenclatura adotada pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), que encontra referência na Classificação Nacional de Atividades Econômicas, utilizada pelo IBGE, com adaptações que consideram as especificidades dos produtos e serviços mais freqüentes nos empreendimentos de economia solidária.

A distribuição dos empreendimentos por segmento econômico apresenta um perfil diferenciado por região. Isto ocorre como reflexo de características econômicas regionais e da decisão de algumas incubadoras de centrarem a incubação em determinados segmentos econômicos. Assim, de acordo com o gráfico 4, podemos observar o predomínio dos empreendimentos ligados à Produção Agropecuária, Extrativismo e Pesca nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Com uma presença expressiva em todas as regiões, os grupos inseridos no setor de Prestação de Serviços encontram destaque nas regiões Sudeste e Nordeste do país. Outro segmento importante em todas as regiões é o de Produção de Artefatos Artesanais, respondendo por 21% dos empreendimentos incubados na região Nordeste e por 25% dos grupos atendidos na região Centro-Oeste. Na região Sul os empreendimentos ligados às atividades de Reciclagem e Coleta Seletiva são os que predominam, respondendo por 25% dos grupos incubados.

Gráfico 4 | Segmentos econômicos por região/Total de empreendimentos incubados

III A Configuração do Campo Institucional das Incubadoras

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares surgem com a missão de promover um conjunto de procedimentos de acompanhamento a grupos populares com vistas à inclusão econômica e social destes segmentos. Do ponto de vista da inserção institucional, uma vertente importante se refere à atuação na configuração de um campo disciplinar específico, articulando as várias áreas que possam constituir um eixo em torno da economia solidária. Assim, aparece como um resultado relevante os impactos na produção científica e tecnológica, muitas vezes como desdobramento do próprio modelo de organização e de gestão das atividades das incubadoras. As experiências de formação e assessoria aos grupos influenciam um conjunto de reflexões sobre o desenvolvimento da economia solidária no país, dando origem a artigos, monografias, teses, disciplinas e cursos de pós-graduação.

Em geral as equipes executoras dos projetos são multidisciplinares e adotam métodos interdisciplinares - com o planejamento de ações, elaboração de ferramentas e recursos pedagógicos envolvendo diferentes áreas do conhecimento; e transdisciplinares, com a adoção de procedimentos voltados para a construção de novos campos disciplinares a partir da colocação de demandas que extrapolam os limites que orientam os paradigmas das disciplinas "convencionais"[6]. Desta forma, pode-se observar uma tendência voltada para a criação de grupos de trabalho e equipes temáticas (viabilidade econômica, gestão, pedagógica etc.). Em algumas experiências, especialmente nas mais antigas, as articulações entre equipes de pesquisa e de campo resultaram na criação de disciplinas, núcleos de pesquisa e programas de pós-graduação.

Tendo sua origem na rede de Universidades Públicas Federais, as Incubadoras de Cooperativas Populares vêm se disseminando também em outras modalidades de IES - Instituições de Ensino Superior, como universidades estaduais e confessionais, fundações e escolas técnicas federais.

A maioria das incubadoras (63%) encontra-se vinculada à Pró-Reitoria de Extensão Universitária ou estrutura similar – gráfico 5. Nos demais casos encontram-se vinculadas à faculdades, departamentos, institutos ou núcleos universitários, tendo surgido em geral como desdobramentos de projetos desenvolvidos por esses órgãos. Ainda assim, nessas situações as atividades são percebidas dentro de princípios que orientam a extensão universitária. Neste aspecto, as incubadoras vêm apresentando forte interlocução com as diretrizes que marcam a atuação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (Forproex). De acordo com o Forproex, a extensão universitária é compreendida como um *"processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade"*[7]. A aproximação entre as Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares e o Forproex resultou na recente incorporação do Fórum ao Comitê Gestor do Proninc.

---

[6] Esta abordagem encontra referência em autores como Edgar Morin (1999), que aponta possibilidades de reestruturação de saberes diante da complexidade assumida pelas diversas formas de fragmentação, observadas na sociedade contemporânea.
[7] Bocayuva Cunha, Pedro Cláudio e Varanda, Ana Paula de M. (orgs). Acompanhamento e Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Proninc: Relatórios dos Seminários e Oficinas, FASE: Rio de Janeiro, 2007.

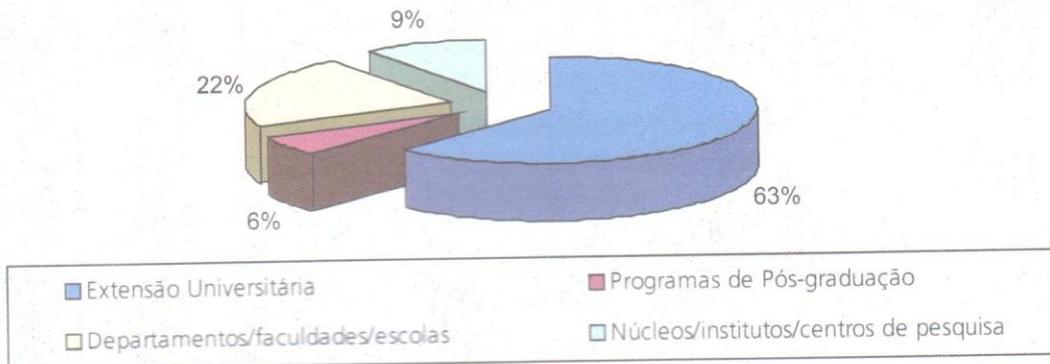
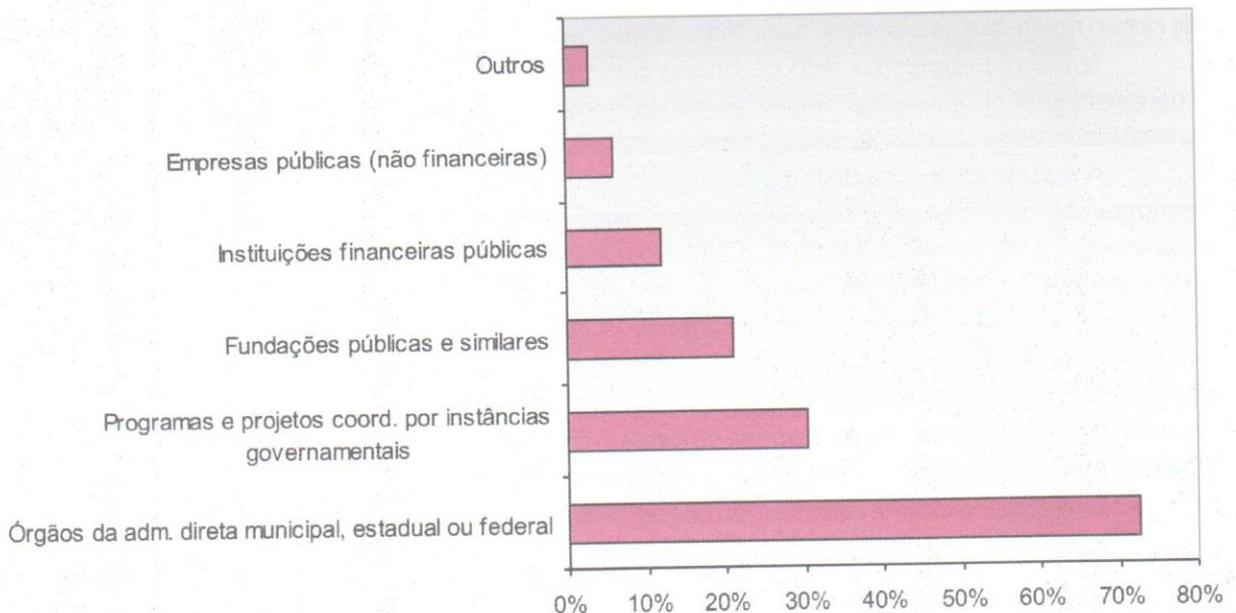
Gráfico 5 | Vínculo institucional das incubadoras

No que se refere às estratégias de sustentabilidade das atividades das incubadoras, as principais fontes de financiamento das iniciativas provêm da participação em editais públicos para a captação de recursos e da manutenção de parcerias com prefeituras e governos estaduais (gráfico 6). Merece destaque, ainda, o número considerável de incubadoras que contam apenas com os recursos do Proninc para as atividades de incubação.

Gráfico 6 | Manutenção de parcerias e outras formas de cooperação com instituições e programas públicos

As equipes das incubadoras são formadas majoritariamente por estudantes (63%) e professores (23%) dos cursos de graduação (gráfico 7). Uma parcela expressiva dos estudantes recebe bolsas (financiadas com recursos do Proninc ou de outras instituições).

O grau de envolvimento e engajamento do corpo técnico permanente das universidades é um fator relevante para as estratégias de sustentabilidade das incubadoras, fortalecendo e justificando seus projetos no contexto institucional das universidades. Além disso, a produção e/ou reaplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos voltados para a inclusão econômica e social dos grupos torna-se comprometida com a mobilidade das equipes. Por outro lado, a presença de alunos (bolsistas e estagiários curriculares) nas atividades das incubadoras favorece a formação de profissionais aptos a atuar no campo da economia solidária.

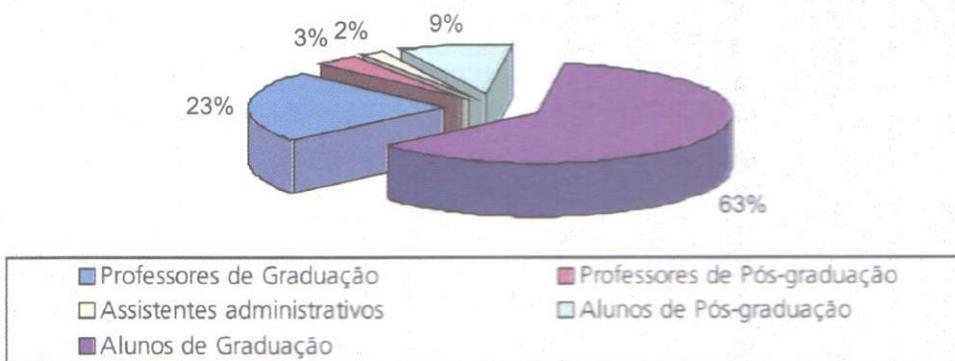
Gráfico 7 | Composição das equipes técnicas

O perfil do corpo técnico das universidades envolvido nas atividades guarda relação com um dos aspectos centrais presente nas metodologias de incubação, que diz respeito ao desenvolvimento de ferramentas de gestão voltadas para a organização do trabalho, segundo os princípios da autogestão. Nesse sentido, a cooperativa popular é percebida como estratégia de organização econômica e social que possibilita romper com as formas de dominação e subordinação que advém da divisão do trabalho e da matriz técnica daí resultante. Sendo assim, as equipes apresentam forte concentração nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas (especialmente Administração, Economia e Serviço Social) e Ciências Humanas (especialmente Psicologia e Ciências Sociais).

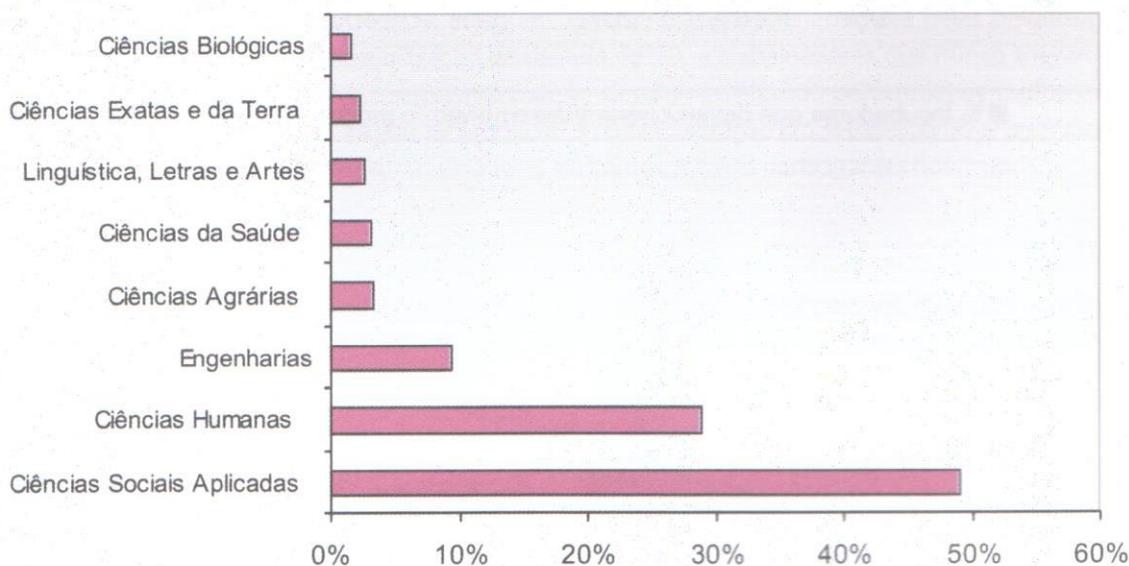
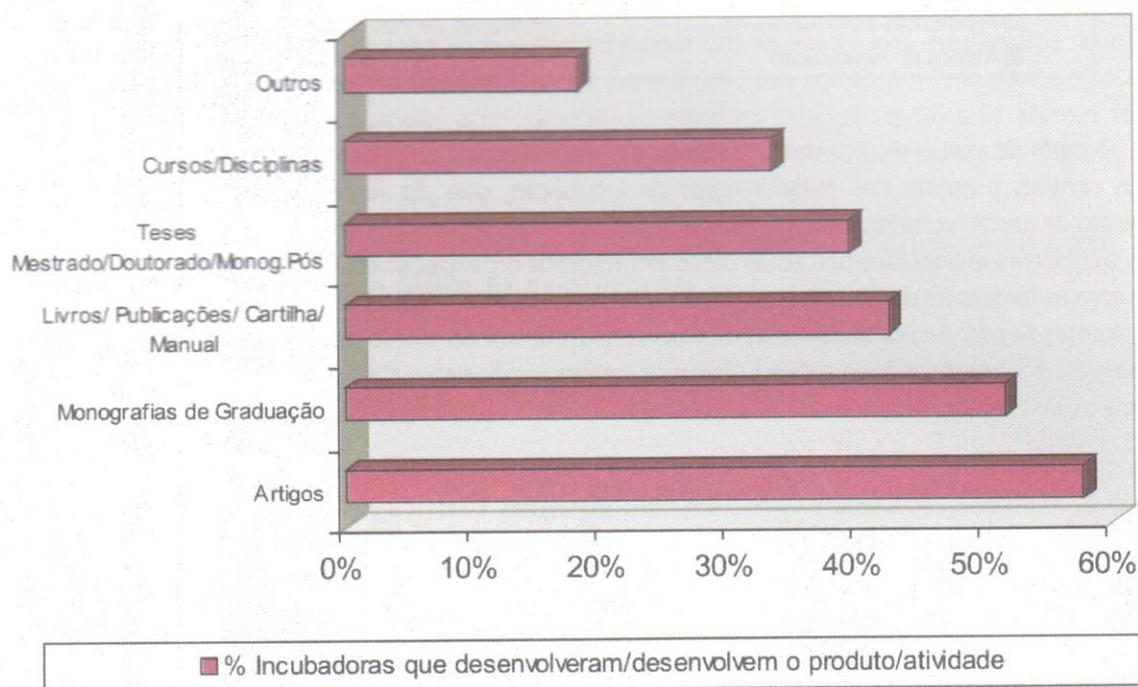
Gráfico 8 | Áreas do conhecimento das equipes técnicas das Universidades

Além de desenvolver um conjunto de procedimentos de acompanhamento aos grupos incubados, as incubadoras universitárias também atuam na produção de insumos que ampliam o espaço de temas como o cooperativismo e a economia solidária no interior da reflexão e da produção acadêmicas. Desta forma, os resultados da pesquisa mostram que esse objetivo vem sendo progressivamente alcançado, o que pode ser visto tanto no número de produtos e atividades geradas quanto no percentual relativamente elevado de IES que vem incorporando esses temas às suas atividades de ensino e pesquisa (gráfico 9).

Gráfico 9 | Desenvolvimento de trabalhos acadêmicos por incubadora

IV Perfil dos Participantes

As informações relativas ao perfil dos beneficiários do programa e aos aspectos gerenciais, financeiros, da produção, comercialização, qualificação para a atividade, parcerias e redes serão analisados com base na amostra dos empreendimentos visitados.

A amostra segue a distribuição espacial apresentada na tabela 3 e corresponde à cerca de 30% dos empreendimentos incubados em cada região.

Tabela 3 | Distribuição espacial da amostra

Região	Incubadoras	Empreendimentos	% Empreendimentos visitados por região
Norte	2	4	22%
Nordeste	8	22	27%
Centro-Oeste	2	5	31%
Sudeste	12	34	30%
Sul	9	26	30%
Total	**33**	**91**	**100%**

A leitura dos dados demonstra que o público-alvo das incubadoras é caracterizado fundamentalmente por pessoas em situação de exclusão social. Esta exclusão é medida através do acesso à renda e aos direitos de determinados segmentos da sociedade. Integram as iniciativas pessoas atingidas pelas privatizações e pela introdução de mecanismos de flexibilização da década de 90, e trabalhadores que nunca tiveram acesso ao mercado de trabalho formal. Neste segmento merece destaque o elevado percentual de mulheres que, para complementar a renda familiar, atuam na produção e comercialização em setores como artesanato, costura e alimentos, aproveitando, sobretudo, habilidades já existentes entre os participantes dos grupos.

Distribuição por sexo

Os 91 empreendimentos visitados atingem um público de 3.697 pessoas. Na amostra pesquisada há uma distribuição equilibrada entre os dois sexos, com uma pequena maioria (55%) de homens (gráfico 10).

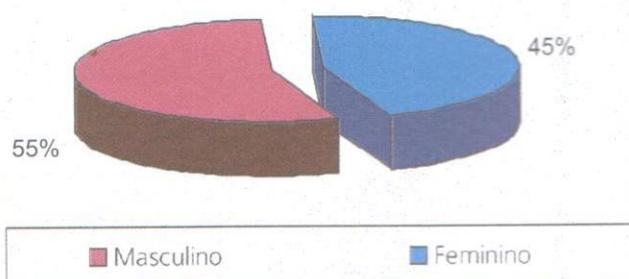
Gráfico 10 | Participantes por sexo

De uma forma geral, a participação feminina concentra-se nos empreendimentos de menor porte e nos segmentos econômicos que, pela natureza da atividade, assemelham-se a atividades domésticas, como a produção de alimentos e confecções. Sendo assim, de acordo com o gráfico 11, é possível observar que a proporção de homens é maior nos empreendimentos com mais de 40 pessoas. Por outro lado, os empreendimentos de menor porte – integrados em sua maioria por mulheres – são os que predominam na amostra pesquisada (gráfico 12).

Gráfico 11 | Distribuição dos participantes por sexo segundo o tamanho do empreendimento

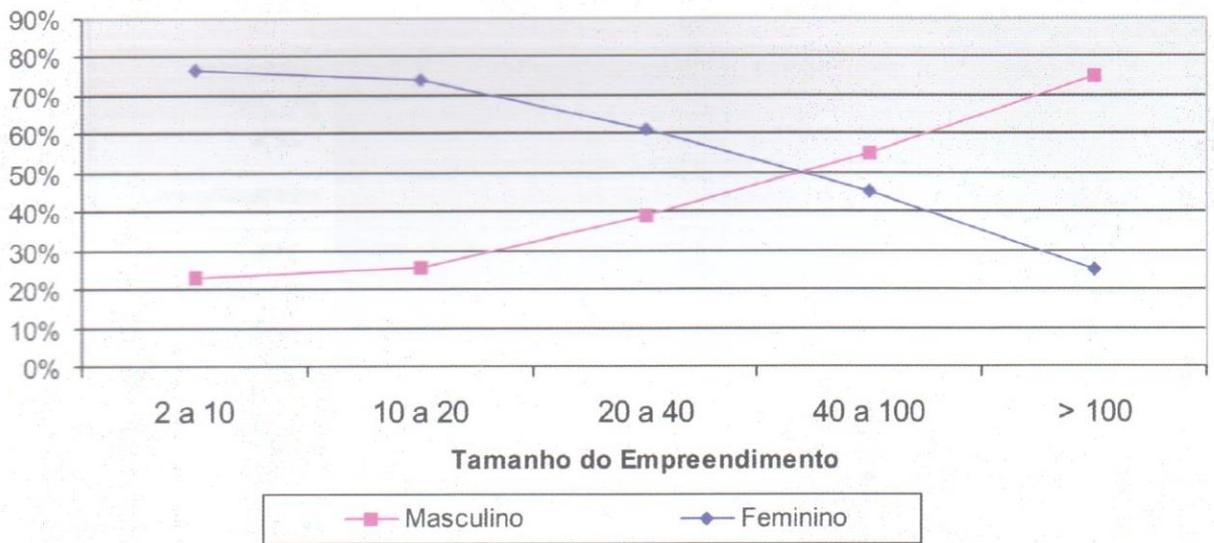



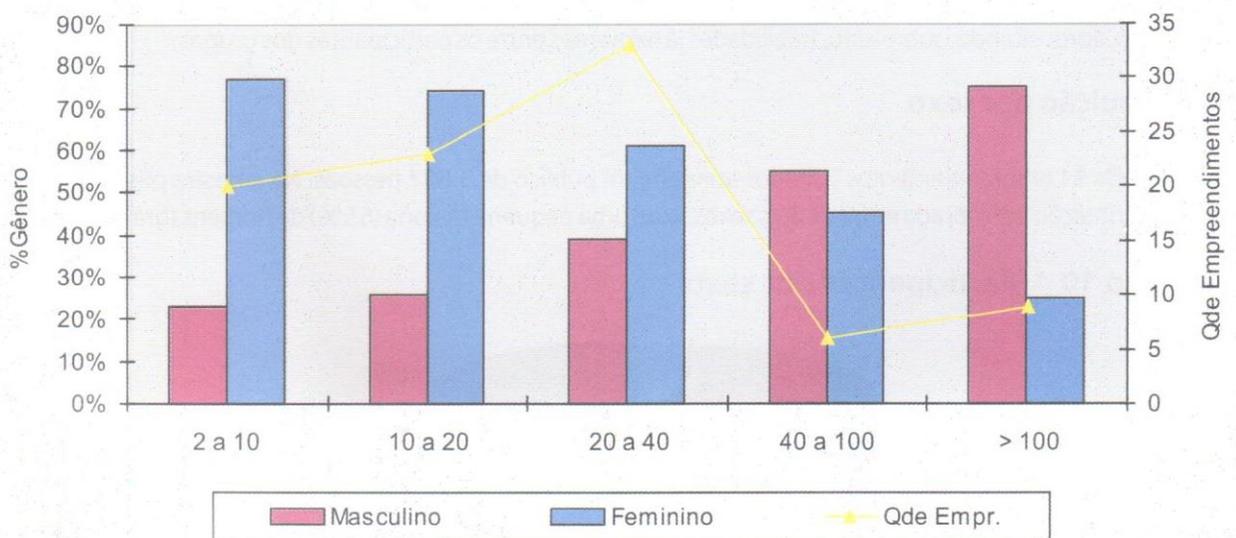
Gráfico 12 | Participação por sexo segundo tamanho e quantidade de empreendimentos

Nas relações entre sexo e segmentos econômicos (gráfico 13) torna-se evidente a concentração de mulheres nos setores de Produção Têxtil e Confecções, Produção de Artefatos Artesanais e Produção de Alimentos e Bebidas. A presença masculina é significativa nos segmentos de Produção Industrial (diversos), Produção Agropecuária, Extrativismo e Pesca e Prestação de Serviços Diversos. O setor de Reciclagem e Coleta Seletiva é o que apresenta a distribuição mais eqüitativa entre homens e mulheres.

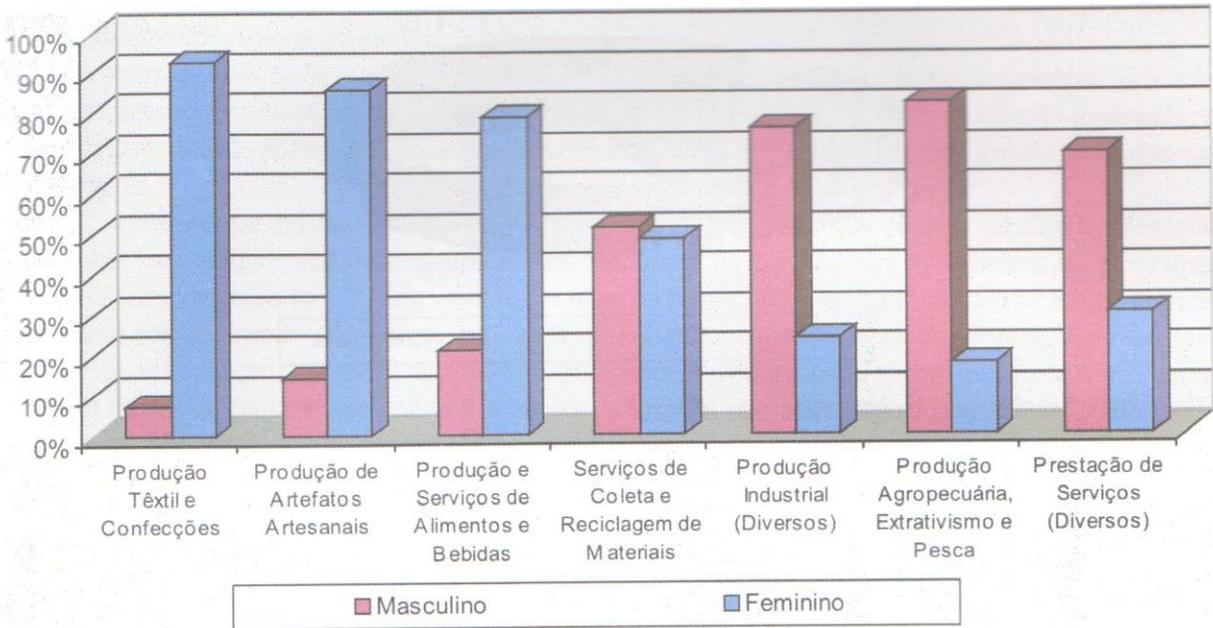
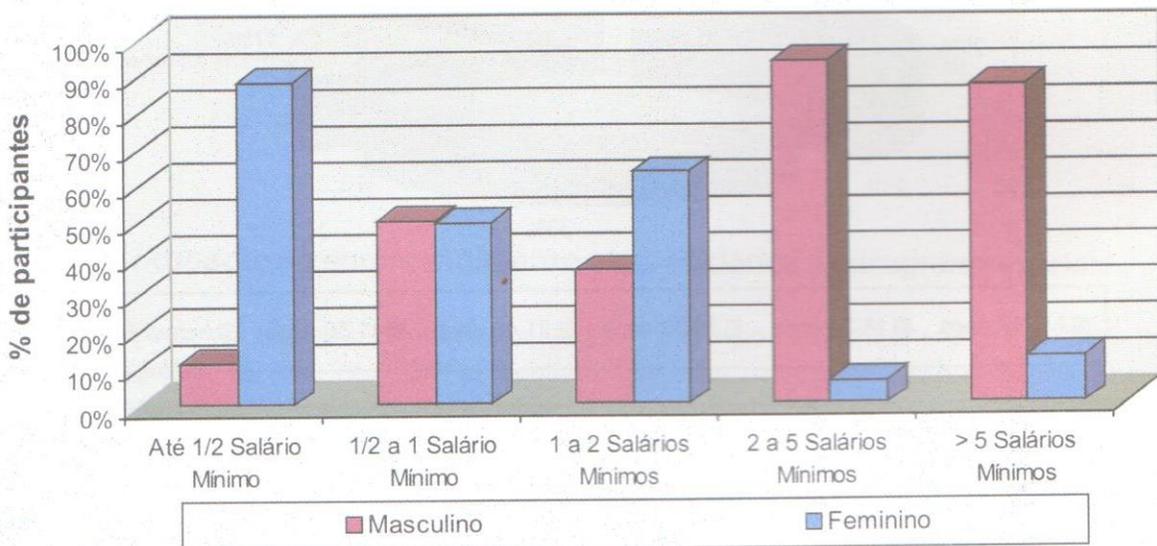
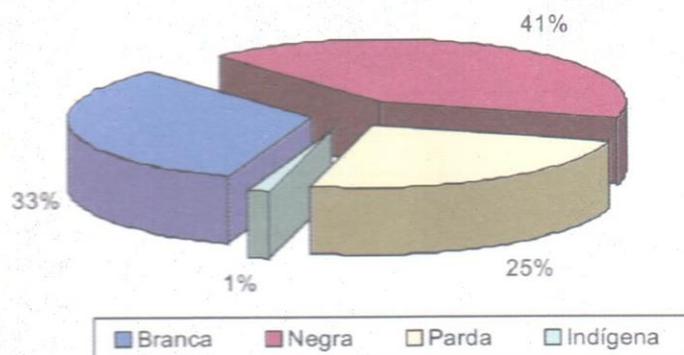
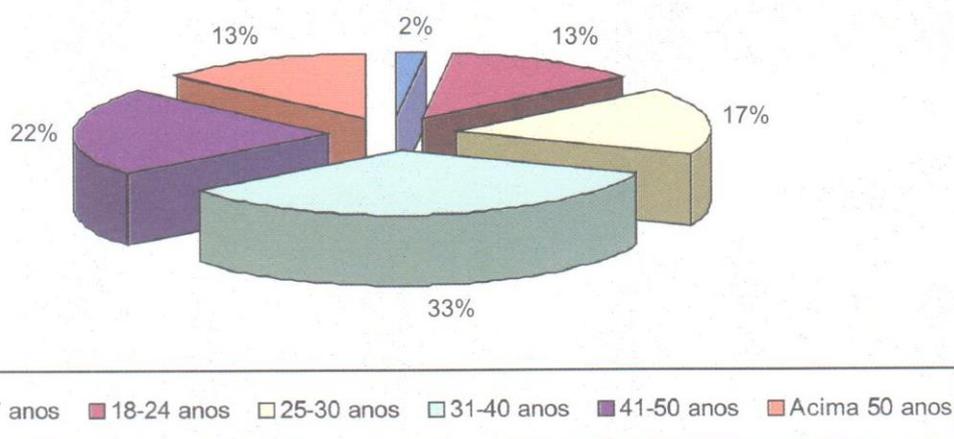
Gráfico 13 | Distribuição dos participantes por sexo segundo os segmentos econômicos envolvidos

Outra diferença importante entre os participantes dos dois sexos refere-se à média de remuneração, que é bastante superior no caso dos homens. Os empreendimentos inseridos na faixa salarial de até 1/2 salário mínimo têm cerca de 90% de mulheres, enquanto os que apresentam remuneração acima de 5 salários mínimos possuem 87% de homens (gráfico 14).

Gráfico 14 | Sexo segundo média de retiradas

Distribuição dos participantes por cor/etnia

Em relação à cor/etnia dos participantes observa-se (gráfico 15) uma clara super-representação das pessoas de cor negra ou parda (66% dos participantes contra 49% na população total) e uma correspondente sub-representação das pessoas de cor branca (33% dos participantes contra 50% na população)[8].

Gráfico 15 | Distribuição dos participantes por cor

Distribuição dos participantes por idade

A distribuição dos participantes por idade revela que a maioria (55%) situa-se na faixa entre 31 e 50 anos, 32% estão abaixo dessa faixa e 13% acima dela (gráfico 16). De acordo com os relatos captados durante a realização das visitas, a opção por constituir um empreendimento de economia solidária surge principalmente entre pessoas que possuem uma idade considerada elevada pelo mercado de trabalho. À este fato também se soma a baixa escolaridade e qualificação técnica da maioria dos beneficiários do Programa, o que resulta em dificuldades na obtenção de um emprego formal.

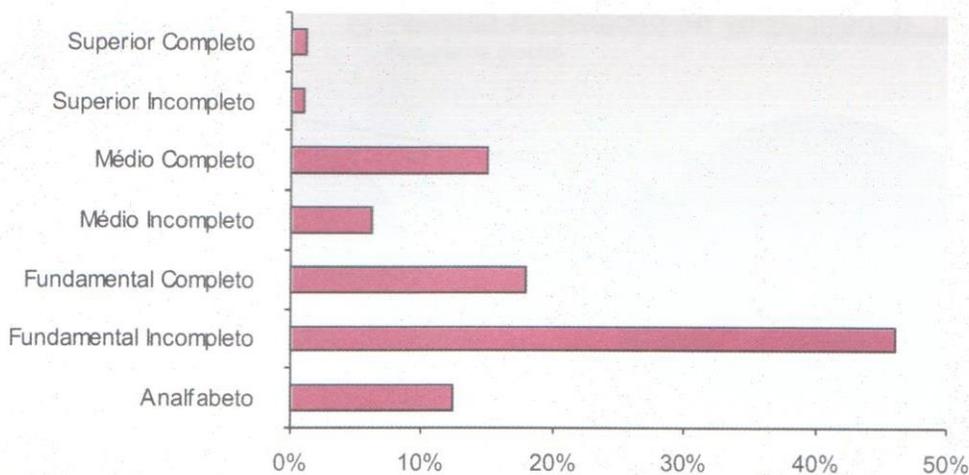
Gráfico 16 | Faixa etária

[8] De acordo com dados da PNAD 2005.

Distribuição dos participantes por grau de escolaridade

A maioria dos participantes não chegou a concluir o ensino fundamental, sendo que cerca de 10% não são alfabetizados (gráfico 17). Do ponto de vista do processo de incubação essa situação aponta para a necessidade de que os métodos e instrumentos de formação encontrem apoio em pedagogias voltadas para a Educação de Jovens e Adultos. Nesse sentido, a principal referência para a elaboração de materiais pedagógicos, cursos e assessorias é o pensamento do educador Paulo Freire, afirmando a incubação como processo de construção a partir da realidade de cada grupo, evidenciando a vivência e a reflexão continua com os participantes dos empreendimentos.

Além de estar na base da fundamentação pedagógica para os diferentes instrumentos de formação que o processo de incubação institui, iniciativas voltadas para elevação da escolaridade formal – inspiradas no método desenvolvido por Paulo Freire – também compõem etapas da metodologia de incubação de diversas incubadoras.

A experiência das ITCP´s também vem influenciando iniciativas que buscam valorizar e incorporar demandas que surgem dos movimentos sociais, por meio da contribuição ao desenho de programas municipais de educação formal. Esta vertente de atuação das incubadoras no campo da educação popular tem como objetivo inserir conteúdos relativos aos temas da economia solidária e do cooperativismo popular nos cursos de educação de jovens e adultos (EJA), atendendo a solicitações postas em função da aproximação entre os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos e de Economia Solidária. Esta proposta além de facilitar o retorno à escolarização dos integrantes de empreendimentos incubados, amplia as possibilidades de constituição de alternativas de geração de renda junto a segmentos em situação de exclusão.

Gráfico 17 | Distribuição dos participantes por grau de escolaridade

Posição da ocupação no empreendimento e beneficiários de programas sociais

A ocupação no empreendimento representa a única atividade econômica exercida por 66% dos participantes (gráfico 18). Isso não significa, contudo, que esses participantes devam necessariamente subsistir com a remuneração obtida no empreendimento, uma vez que muitos deles dispõem de outras fontes de renda, originárias da família ou de programas sociais de transferência de renda. Como apurado no

levantamento (gráfico 19), 22% dos participantes são beneficiários do Programa Bolsa-Família ou de outros programas de transferência de renda. Essa interseção entre as clientelas de programas assistenciais e de inserção sócio-produtiva revela a existência de um amplo campo potencial para o desenvolvimento de estratégias de articulação entre essas duas vertentes de políticas públicas no campo social. De acordo com o gráfico 20, os beneficiários de programas sociais concentram-se nos empreendimentos com faixas de renda médias inferiores a 1/2 salário mínimo e entre 1/2 a 1 salário mínimo ou que ainda não fazem retiradas, indicando a importância destes programas na garantia da sobrevivência das pessoas no estágio inicial de constituição dos empreendimentos.

Gráfico 18 | Posição da ocupação no empreendimento em relação a outras atividades

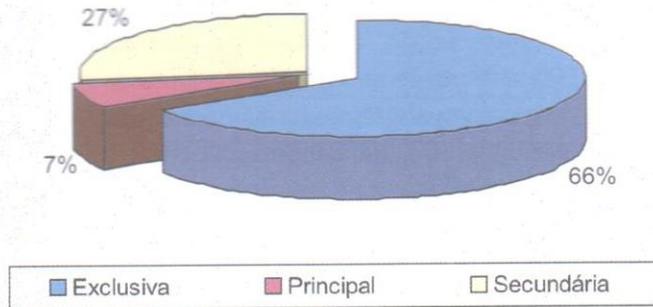



Gráfico 19 | Beneficiários de programas sociais

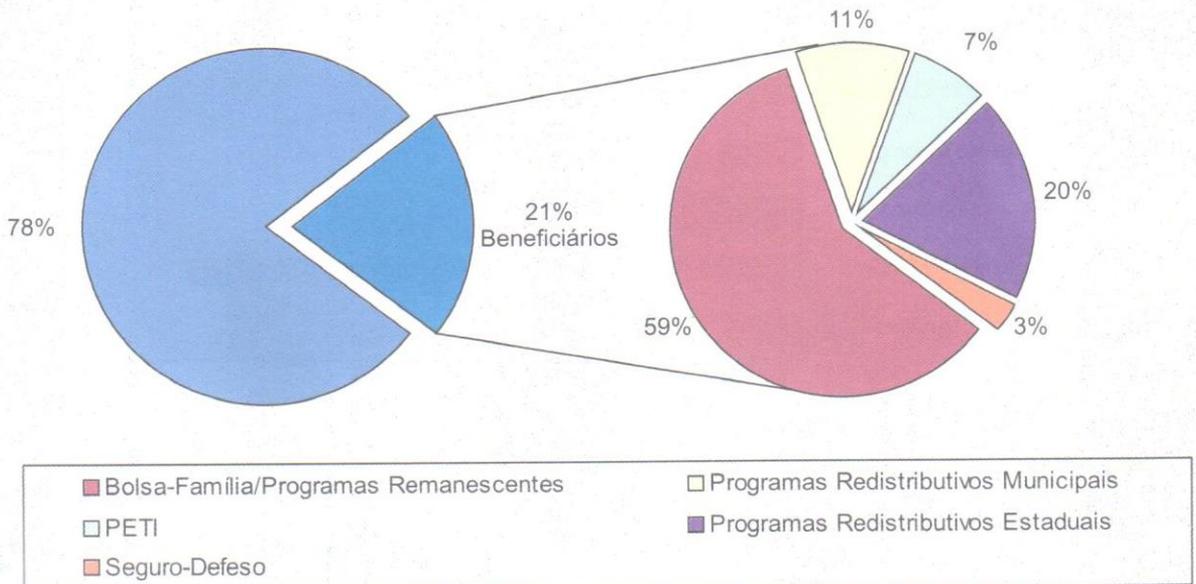
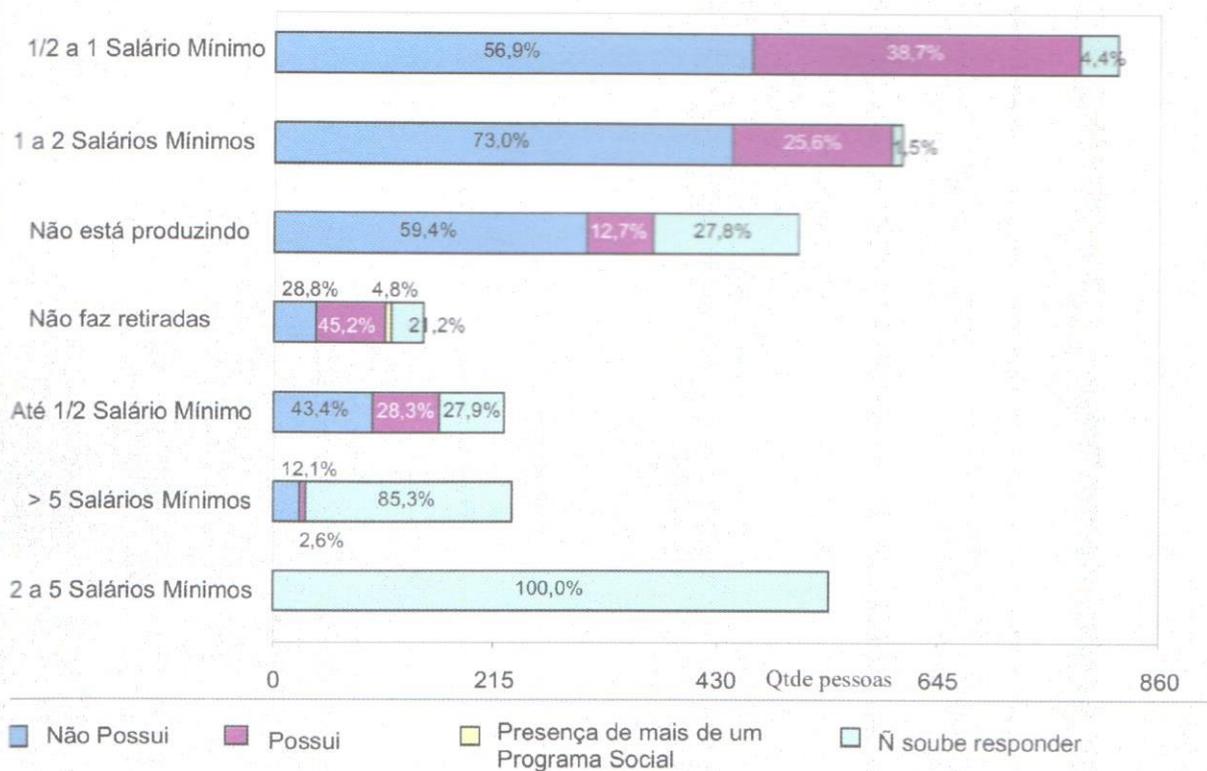



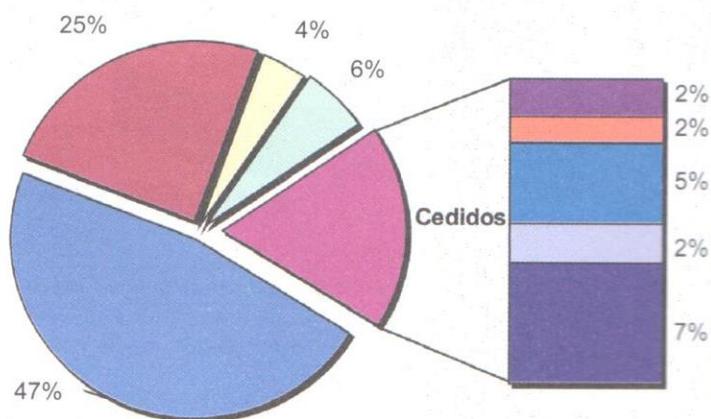
Gráfico 20 | Beneficiários de programas sociais segundo a média de retiradas nos empreendimentos

A análise do perfil dos beneficiários do Proninc revela, sobretudo, a situação da variável gênero como elemento de desigualdade quando correlacionada a indicadores fundamentais do Programa, como: renda, escolaridade, grau de formalização e tamanho dos empreendimentos, como veremos a seguir. Isto evidencia a necessidade de metodologias inovadoras com enfoque em gênero, assim como de aproximação do Proninc com outros programas e políticas públicas destinadas ao público feminino.

V Características Econômicas e Gerenciais dos Empreendimentos

A pesquisa envolveu o levantamento do conjunto de informações relativas à produção, comercialização, aspectos financeiros e gerenciais dos empreendimentos incubados. Os resultados obtidos demonstram os impactos dos procedimentos adotados no processo de incubação e evidenciam os limites externos que resultam, sobretudo, da ausência de um marco regulatório e de políticas públicas que incentivem o desenvolvimento dos empreendimentos de economia solidária no país.

Produção

Em cerca de metade (47%) dos empreendimentos, os equipamentos e instrumentos de trabalho são de propriedade coletiva do grupo, em 25% deles são de propriedade individual dos participantes e em 24% são cedidos por organizações da sociedade civil, empresas ou governos municipais (gráfico 21). A propriedade individual é mais freqüente no caso de associações (como as de produtores rurais ou artesãos) nas quais a produção é desenvolvida em bases individuais e familiares e apenas a comercialização é realizada de forma coletiva. As normas de cessão de equipamentos apresentam variações importantes: em alguns casos, o grupo tem a segurança de poder contar com os equipamentos enquanto continuar produzindo, em outros, contudo, a cessão pode ser interrompida a qualquer momento por decisão unilateral do proprietário dos equipamentos.

Gráfico 21 | Propriedade dos equipamentos e instrumentos utilizados

Próprios do empreendimento
De propriedade de algum(ns) participante(s)
Alugados
Outros
Associações/organizações comunitárias
Comodato
Empresas Privadas
Emprestados
Prefeituras

Embora a maioria dos empreendimentos (58%) considere satisfatória a qualidade dos equipamentos utilizados, 63% responderam que os mesmos apresentam algum nível de defasagem tecnológica (gráficos 22 e 23). A principal dificuldade para a aquisição de equipamentos mais modernos e/ou de melhor qualidade reside na falta de recursos para investimento. Outro problema apontado por alguns empreendimentos, relaciona-se com o alto custo de matérias-prima e outros insumos, o que pode ser atribuído em parte à insuficiência de capital de giro (o que permitiria um barateamento através da compra em grande escala).

Gráfico 22 | Qualidade dos equipamentos utilizados

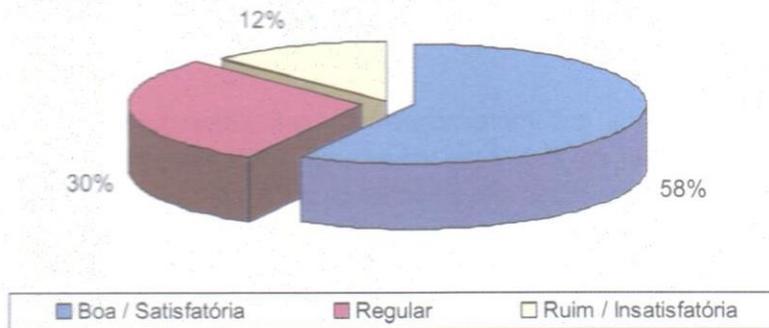
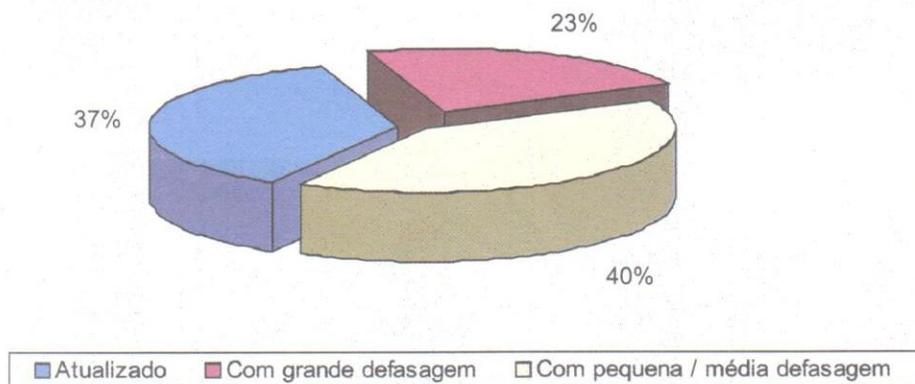



Gráfico 23 | Atualização dos equipamentos utilizados

Comercialização

Os principais consumidores dos bens e serviços produzidos pelos empreendimentos são pessoas físicas. Seguem por ordem de importância: as MPEs – Micro e Pequenas Empresas, instituições e empresas públicas e empresas privadas de médio e grande porte. O percentual de grupos incubados que vendem para outros empreendimentos solidários é inferior a 10%, o que pode ser visto como um indicativo de uma baixa conectividade no interior desse segmento (gráfico 24). Por outro lado, pode ser constatada a iniciativa de algumas incubadoras no desenvolvimento de metodologias específicas para a construção de redes e outras estratégias de articulação e integração entre os empreendimentos, especialmente junto aos segmentos que são extremamente explorados pelo setor formal, como é o caso dos catadores, dos grupos ligados ao setor de confecções e à produção agrícola.

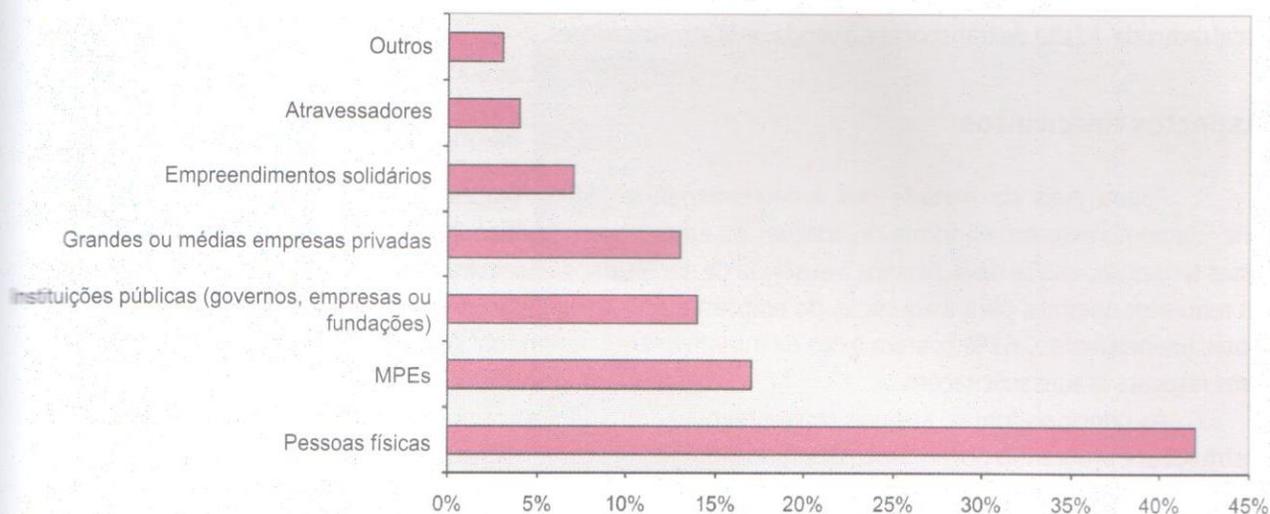
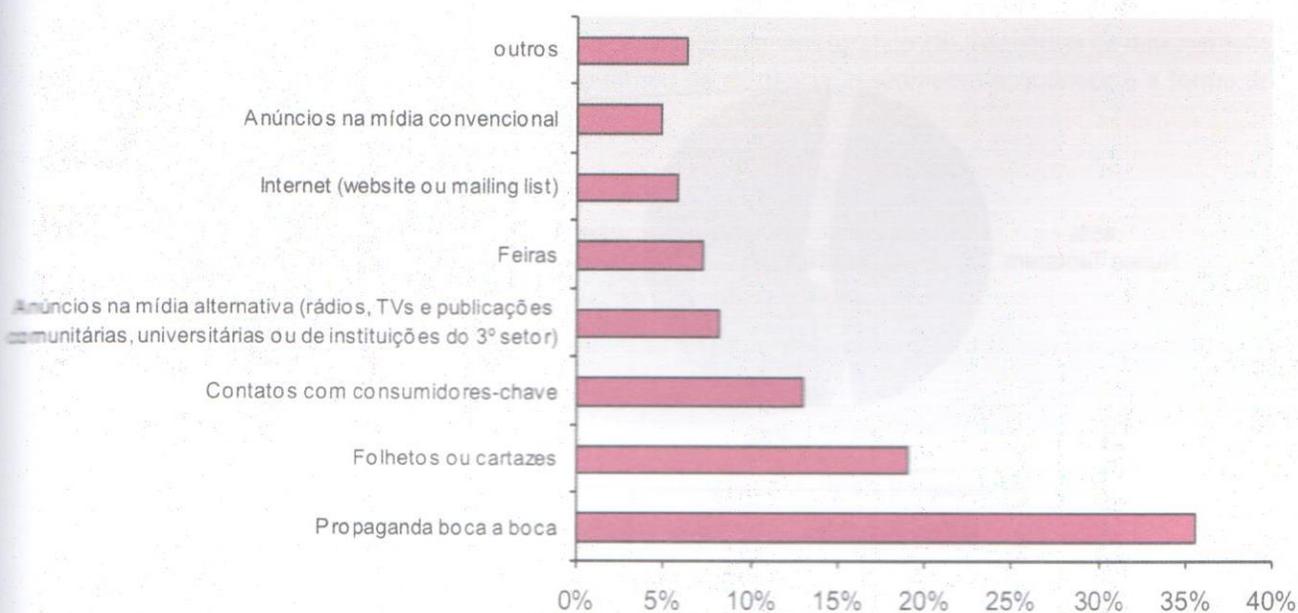
Gráfico 24 | Principais consumidores dos produtos e serviços

Os grupos incubados utilizam-se da "propaganda boca a boca", de folhetos e cartazes e de contatos com consumidores-chave como principais instrumentos de divulgação dos seus produtos e serviços. Menos de 10% dos empreendimentos utilizam-se de meios de divulgação de alcance mais abrangentes como a mídia e a Internet (gráfico 25).

Gráfico 25 | Principais formas de divulgação dos produtos e serviços

Dentre as principais dificuldades apontadas em relação à comercialização dos produtos e serviços merecem destaque os entraves ao acesso ao mercado, sendo indicados problemas relacionados à demanda local reduzida, à falta de transporte e à venda para atravessadores.

Aspectos financeiros

Pouco mais da metade dos empreendimentos (55%) realizaram tentativas para obtenção de financiamento externo, na forma de doações ou empréstimos (gráfico 26). No caso dos que não realizaram essas tentativas, isso se deveu menos à ausência de necessidade financeira e mais ao fato de não preencherem os requisitos mínimos para a aquisição do empréstimo/financiamento. Dos empreendimentos que tentaram obter financiamento, 62% tiveram êxito na iniciativa, 26% foram mal sucedidos e 12% aguardavam ainda uma resposta às suas solicitações.

As principais fontes, às quais os empreendimentos vêm recorrendo na busca de financiamento, são instituições e programas governamentais, fundações públicas (com destaque para a Fundação Banco do Brasil) e organizações da sociedade civil. Na grande maioria dos casos, os financiamentos obtidos dessas fontes envolvem a apresentação de projetos (elaborados com apoio das Incubadoras) e possuem um caráter de doação (gráfico 27). Em contrapartida, é bastante reduzida a parcela dos empreendimentos que obtiveram (ou tentaram obter) crédito junto a instituições financeiras convencionais, cooperativas de crédito ou instituições de micro-finanças. Tal fato pode ser atribuído tanto à inadequação dos instrumentos de análise creditícia e das condições de financiamento praticadas por essas instituições, quanto à instabilidade da situação financeira de muitos empreendimentos, o que desestimula a aquisição de obrigações financeiras futuras.

Gráfico 26 | Tentativas de obtenção de financiamento ou crédito

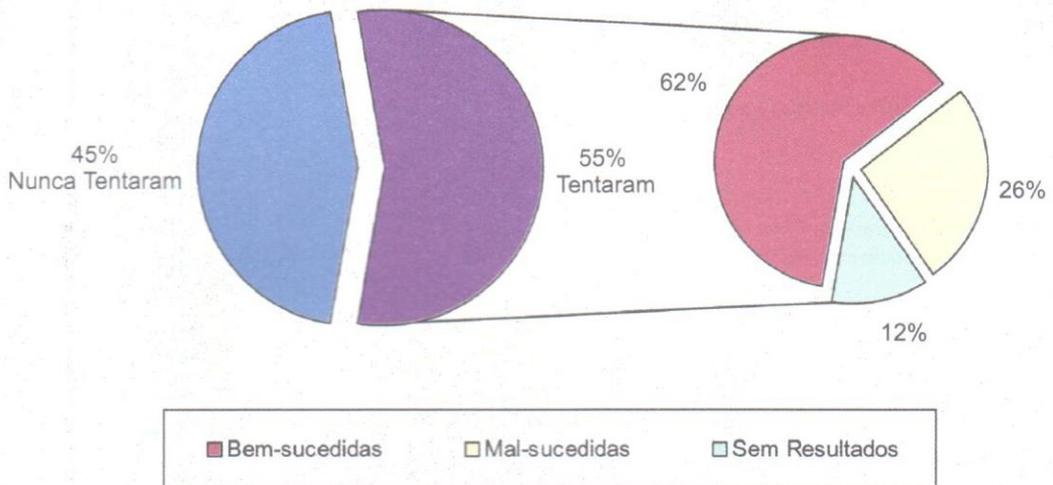



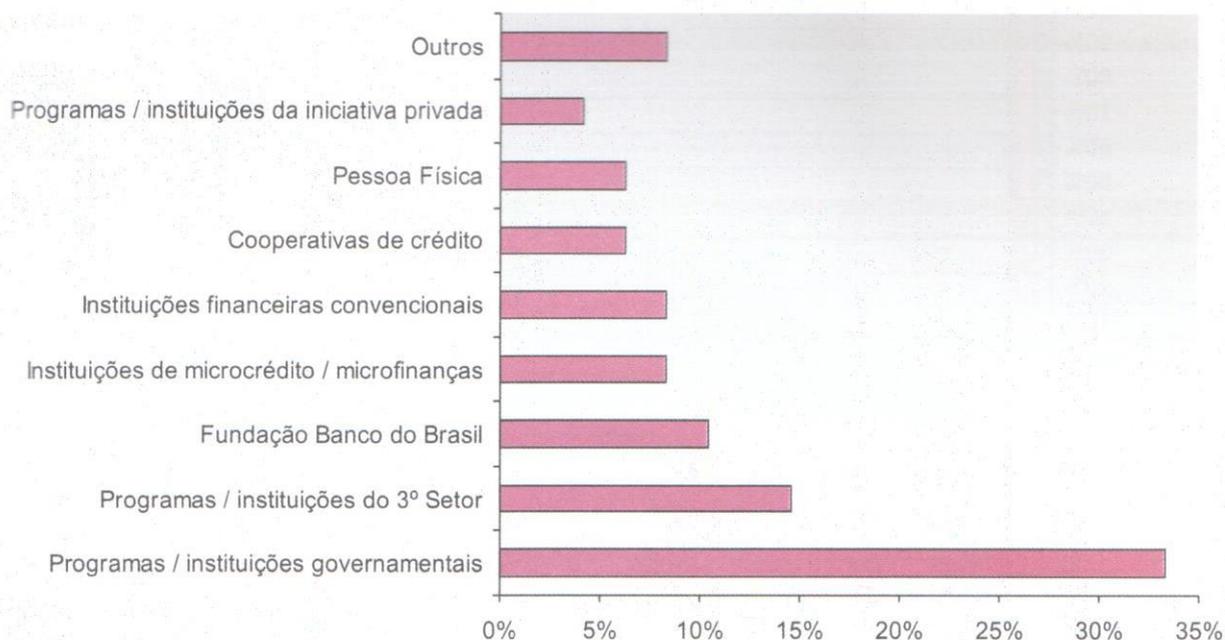
Gráfico 27 | Principais entidades fornecedoras de crédito ou financiamento

Em cerca de ¼ dos empreendimentos, os seus participantes não eram remunerados, seja devido à inexistência de receita ou à decisão do grupo de alocar provisoriamente o total da receita na cobertura de custos e/ou na criação de fundos de reservas. No caso dos empreendimentos que remuneravam seus participantes, o valor médio das retiradas situava-se em 61% dos casos entre 0 e 1 salário mínimo, em 26% entre 1 e 2 salários mínimos e em 13% acima de 2 salários mínimos (gráfico 28). As médias de remuneração são afetadas por diversos fatores, tais como o tempo de existência, o segmento econômico e a forma de constituição jurídica dos empreendimentos.

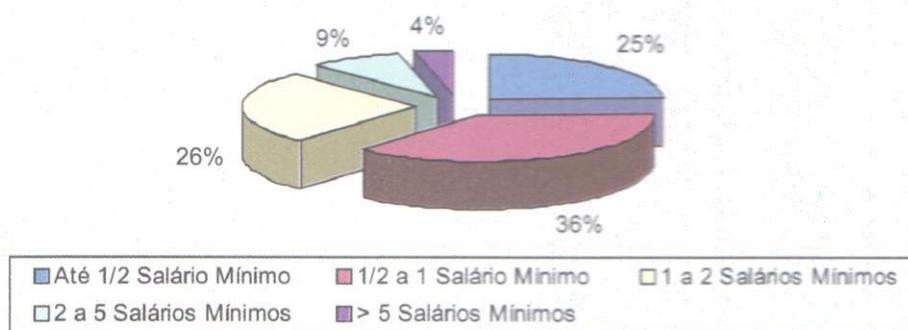
Gráfico 28 | Média de remuneração em salários mínimos

De uma forma geral, os dados revelam que as médias de remuneração mais elevadas correspondem aos empreendimentos com maior tempo de existência (gráfico 29) e que integram a mais tempo o processo de incubação (tabela 4).

Gráfico 29 | Média de remuneração segundo tempo de existência dos empreendimentos

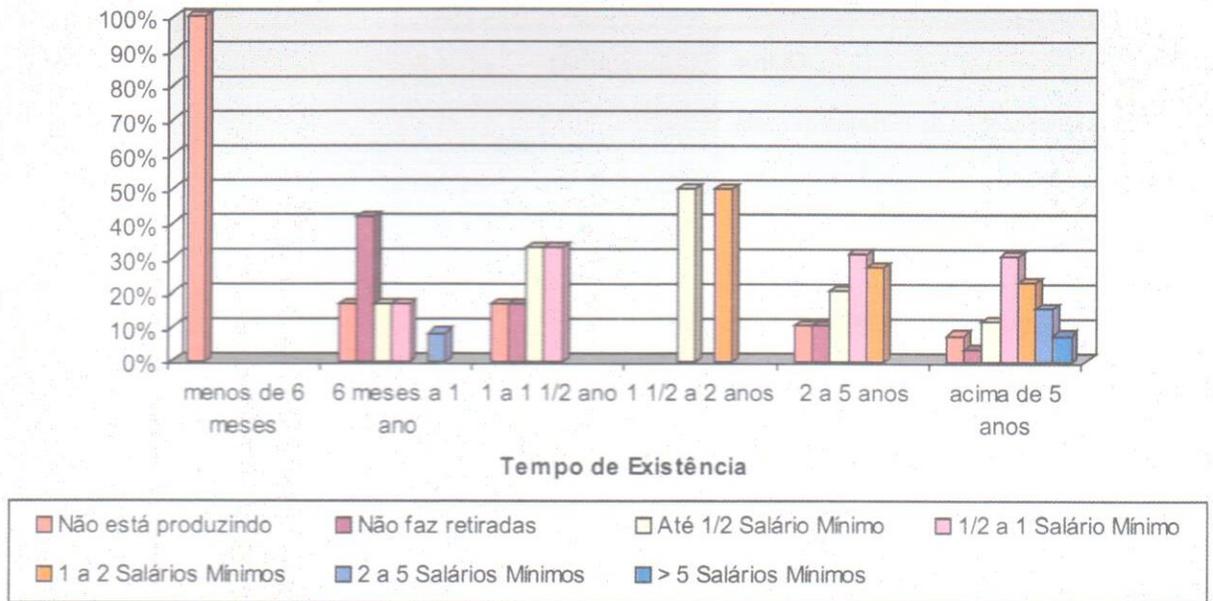



Tabela 4 | Média de remuneração segundo tempo de incubação dos empreendimentos

	Não está produzindo	Não faz retirada	Até 1/2 Salário Mínimo	1/2 a 1 Salário Mínimo	1 a 2 Salários Mínimos	2 a 5 Salários Mínimos	>5 Salários Mínimos
Até 6 meses	12,00%	24,00%	20,00%	20,00%	12,00%	12,00%	
6 a 12 meses	22,20%	22,20%	33,30%	22,20%			
12 a 18 meses	12,50%	12,50%	25,00%	25,00%	25,00%		
18 a 24 meses	20,00%			40,00%	40,00%		
24 a 48 meses	8,30%	8,30%	16,70%	41,70%	25,00%		
Acima de 48 meses	18,20%			27,30%	27,30%	18,20%	9,10%

Na tabela acima as tonalidades mais escuras revelam as correlações mais fortes entre as variáveis, indicando de um lado os vínculos mais estreitos entre os grupos que não fazem retiradas e que possuem até 6 meses de tempo de incubação e, de outro, os grupos que se encontram há mais de 48 meses incubados e que possuem média de remuneração acima de 5 salários mínimos.

A observação das médias das retiradas em relação aos segmentos econômicos envolvidos (gráfico 30) indica os segmentos de Prestação de Serviços (diversos) e de Produção Agropecuária, Extrativismo e Pesca como os que apresentam as melhores remunerações.

Em geral os grupos que se encontram formalizados também possuem uma melhor remuneração de seus participantes (gráfico 31).

Gráfico 30 | Média de remuneração segundo segmentos econômicos

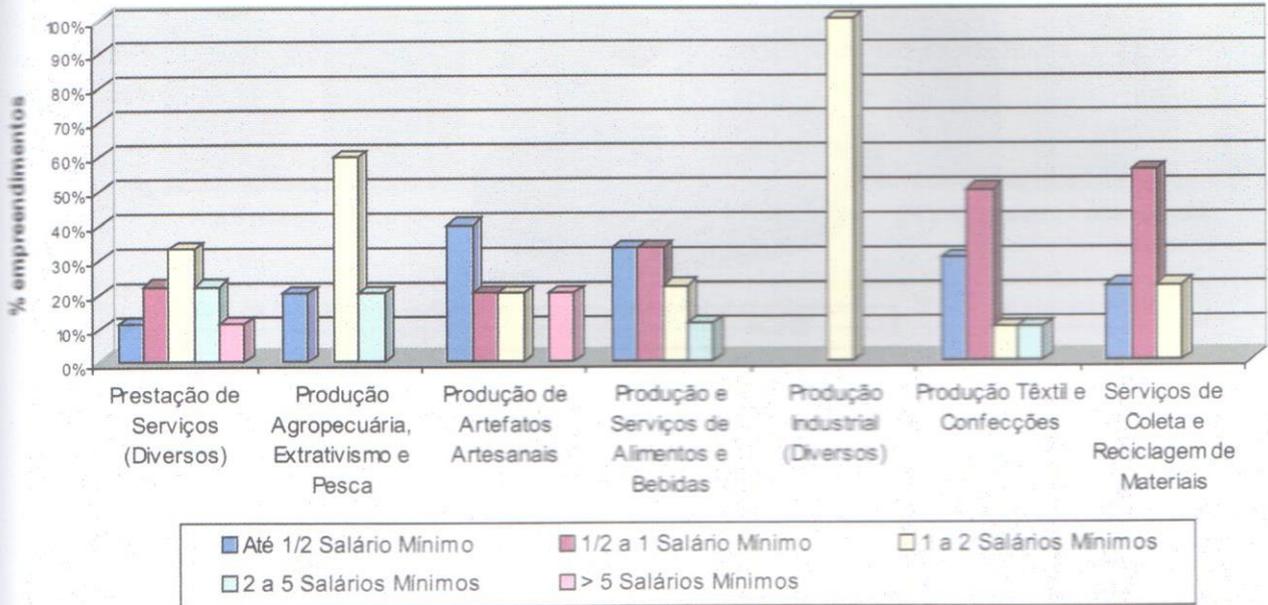



Gráfico 31 | Média de remuneração segundo a constituição do empreendimento

Autogestão

A existência, conhecimento e aplicação do estatuto são, via de regra, requisitos básicos para o bom funcionamento de um empreendimento solidário. 81% dos empreendimentos pesquisados revelaram possuir um estatuto, sendo que em 66% dos casos esse estatuto é de conhecimento da totalidade dos participantes (gráficos 32 e 33). Deve-se observar que o percentual de empreendimentos que possui estatuto é bastante superior ao dos empreendimentos que possui registro legal, indicando que, mais do que um requisito para a legalização, o estatuto é percebido como um importante instrumento para a coesão e organização interna dos grupos.

Gráfico 32 | Existência de estatuto

Gráfico 33 | Conhecimento do estatuto pelos participantes

A maior parte (65%) dos grupos considera que os seus integrantes encontram-se (na sua maioria ou totalidade) capacitados para a gestão e o funcionamento de empreendimentos solidários (gráfico 34). Os maiores déficits de capacitação nessas áreas correspondem em geral aos empreendimentos com menor tempo de existência e/ou incubação (gráfico 35).

Gráfico 34 | Qualificação dos participantes em relação à gestão e funcionamento de cooperativas e empreendimentos solidários

Gráfico 35 | Qualificação dos participantes em relação à gestão e funcionamento de cooperativas e empreendimentos solidários segundo tempo de incubação

Outro aspecto relevante relaciona-se com a utilização de instrumentos de controle e planejamento gerencial. De acordo com os dados do levantamento, os instrumentos de controle gerencial mais freqüentemente usados pela maioria dos empreendimentos são: controle de caixa, planilha de custos e projeção do fluxo de caixa (gráfico 36).

Gráfico 36 | Instrumentos de controle gerencial utilizados

Por fim, buscou-se conhecer a freqüência da realização de assembléias ou reuniões gerais, uma vez que este é um dos indicadores para a aferição de uma gestão compartilhada e democrática dos empreendimentos. A grande maioria dos empreendimentos mantém uma prática de realização de assembléias ou reuniões gerais em intervalos semanais, quinzenais ou mensais (gráfico 37). A freqüência das reuniões gerais e o índice de comparecimento são inversamente proporcionais ao tamanho dos empreendimentos (gráfico 38). Ainda assim, deve-se observar que em muitos empreendimentos de maior

Autogestão

A existência, conhecimento e aplicação do estatuto são, via de regra, requisitos básicos para o bom funcionamento de um empreendimento solidário. 81% dos empreendimentos pesquisados revelaram possuir um estatuto, sendo que em 66% dos casos esse estatuto é de conhecimento da totalidade dos participantes (gráficos 32 e 33). Deve-se observar que o percentual de empreendimentos que possui estatuto é bastante superior ao dos empreendimentos que possui registro legal, indicando que, mais do que um requisito para a legalização, o estatuto é percebido como um importante instrumento para a coesão e organização interna dos grupos.

Gráfico 32 | Existência de estatuto

Gráfico 33 | Conhecimento do estatuto pelos participantes

A maior parte (65%) dos grupos considera que os seus integrantes encontram-se (na sua maioria ou totalidade) capacitados para a gestão e o funcionamento de empreendimentos solidários (gráfico 34). Os maiores déficits de capacitação nessas áreas correspondem em geral aos empreendimentos com menor tempo de existência e/ou incubação (gráfico 35).

Gráfico 34 | Qualificação dos participantes em relação à gestão e funcionamento de cooperativas e empreendimentos solidários

Gráfico 35 | Qualificação dos participantes em relação à gestão e funcionamento de cooperativas e empreendimentos solidários segundo tempo de incubação

Outro aspecto relevante relaciona-se com a utilização de instrumentos de controle e planejamento gerencial. De acordo com os dados do levantamento, os instrumentos de controle gerencial mais freqüentemente usados pela maioria dos empreendimentos são: controle de caixa, planilha de custos e projeção do fluxo de caixa (gráfico 36).

Gráfico 36 | Instrumentos de controle gerencial utilizados

Por fim, buscou-se conhecer a freqüência da realização de assembléias ou reuniões gerais, uma vez que este é um dos indicadores para a aferição de uma gestão compartilhada e democrática dos empreendimentos. A grande maioria dos empreendimentos mantém uma prática de realização de assembléias ou reuniões gerais em intervalos semanais, quinzenais ou mensais (gráfico 37). A freqüência das reuniões gerais e o índice de comparecimento são inversamente proporcionais ao tamanho dos empreendimentos (gráfico 38). Ainda assim, deve-se observar que em muitos empreendimentos de maior

porte as reuniões gerais são complementadas por reuniões por equipe ou setor e as decisões são transmitidas à coordenação/direção do empreendimento, gerando assim uma forma indireta (porém não necessariamente menos democrática) de participação coletiva na gestão.

Gráfico 37 | Freqüência das assembléias/reuniões gerais

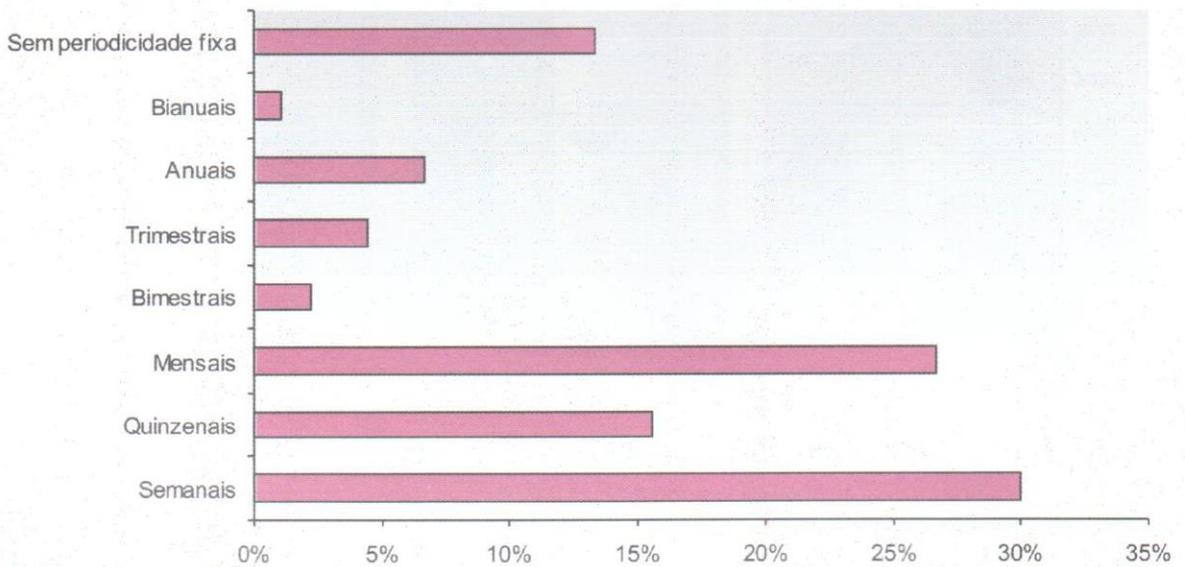
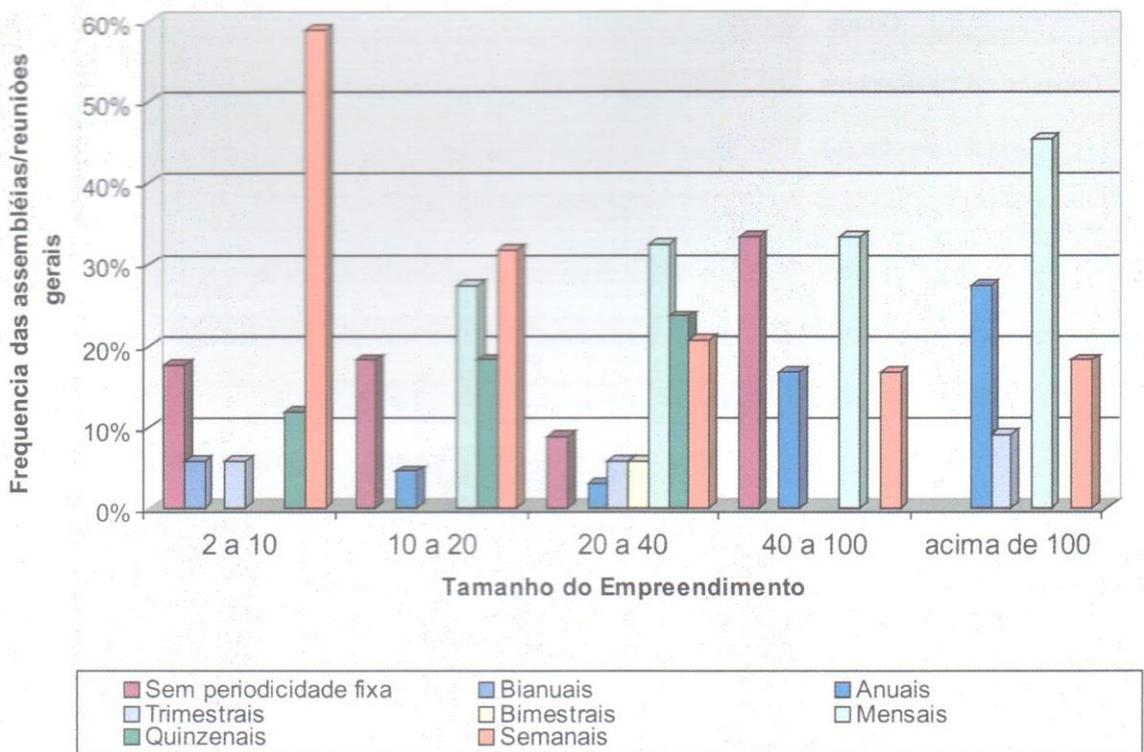



Gráfico 38 | Freqüência das assembléias/reuniões gerais, segundo tamanho do empreendimento

VI Metodologia de Incubação

A metodologia de incubação de empreendimentos solidários, compreendida em sua ampla dimensão, abrange os procedimentos de acompanhamento aos grupos e as estruturas relativas à gestão e funcionamento das incubadoras. Ela representa uma das mais importantes contribuições à configuração de uma produção científica e tecnológica voltada para o estabelecimento de formas de socialização e de inclusão econômica. Construída a partir das experiências de acompanhamento de segmentos populares, vem demonstrando possibilidades de reaplicação através da construção de políticas públicas.

Os procedimentos de acompanhamento aos grupos podem ser traduzidos enquanto práticas formativas que visam a sustentabilidade e a autonomia do empreendimento. Os referenciais teóricos da educação popular, tendo por base, sobretudo, os conceitos formulados pelo educador Paulo freire, orientam os procedimentos de assessorias e formações enquanto ações político-pedagógicas. O diálogo é estabelecido como elemento central no processo de interação entre saberes e práticas cotidianas de trabalho e vivência dos grupos incubados, que configura o conceito de práxis, entendido como o estabelecimento de nexos entre ação/reflexão/ação.

As incubadoras adotam diferentes critérios para a seleção dos grupos incubados, fazendo com que os empreendimentos apresentem estágios variados (em formação, já legalizado) ao ingressar nos procedimentos de incubação, além disso, a rotatividade dos membros, em geral, é grande. Estes aspectos dificultam o estabelecimento de rotinas e etapas fechadas para os processos de acompanhamento, no entanto, um percentual relevante de incubadoras adota como procedimento de sua metodologia (que pode compreender diferentes etapas) as seguintes ações: diagnóstico participativo, formação em cooperativismo e economia solidária, planejamento participativo/plano de negócios e assessorias (contábil, jurídica, econômica, informática e outras).

Para a maior parte dos empreendimentos entrevistados, o processo de incubação teve um início recente, o que em parte se deve ao fato de um número razoável de incubadoras ter iniciado suas atividades a partir dos recursos proporcionados pelo edital do Proninc em 2003. Na data da entrevista, 48% dos empreendimentos tinham começado o processo de incubação em um período de até 12 meses, 22% entre 12 e 24 meses e 30% em um período superior a 24 meses (gráfico 39). Pouco mais da metade (57%) dos empreendimentos iniciaram seu processo de incubação ainda em fase de formação (gráfico 40), enquanto os demais já estavam em funcionamento quando se vincularam às incubadoras. Entre os principais motivos que levaram os grupos a procurar as incubadoras, incluem-se a busca de parcerias e as expectativas de obtenção de apoio para a melhoria financeira, captação de recursos, legalização e gestão do empreendimento (gráfico 41).

Gráfico 39 | Tempo de incubação dos empreendimentos

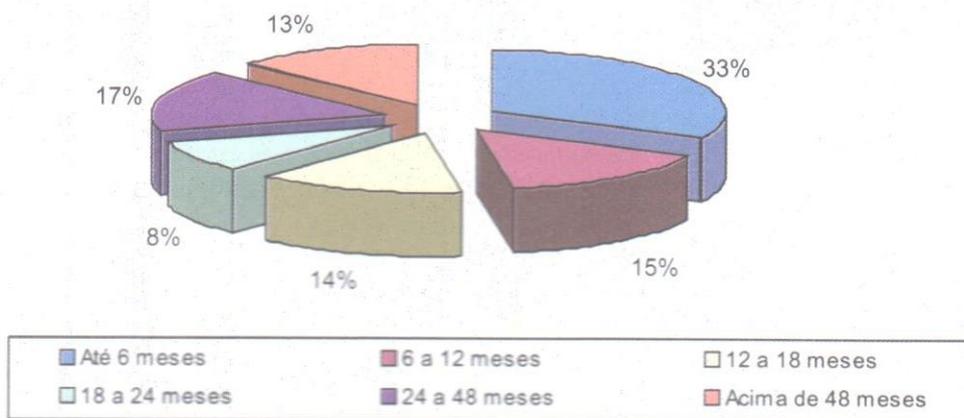



Gráfico 40 | Estágio quando iniciou o processo de incubação

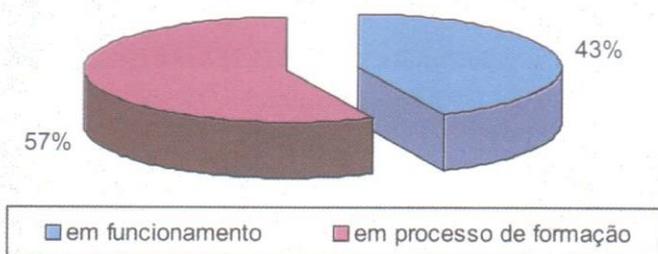



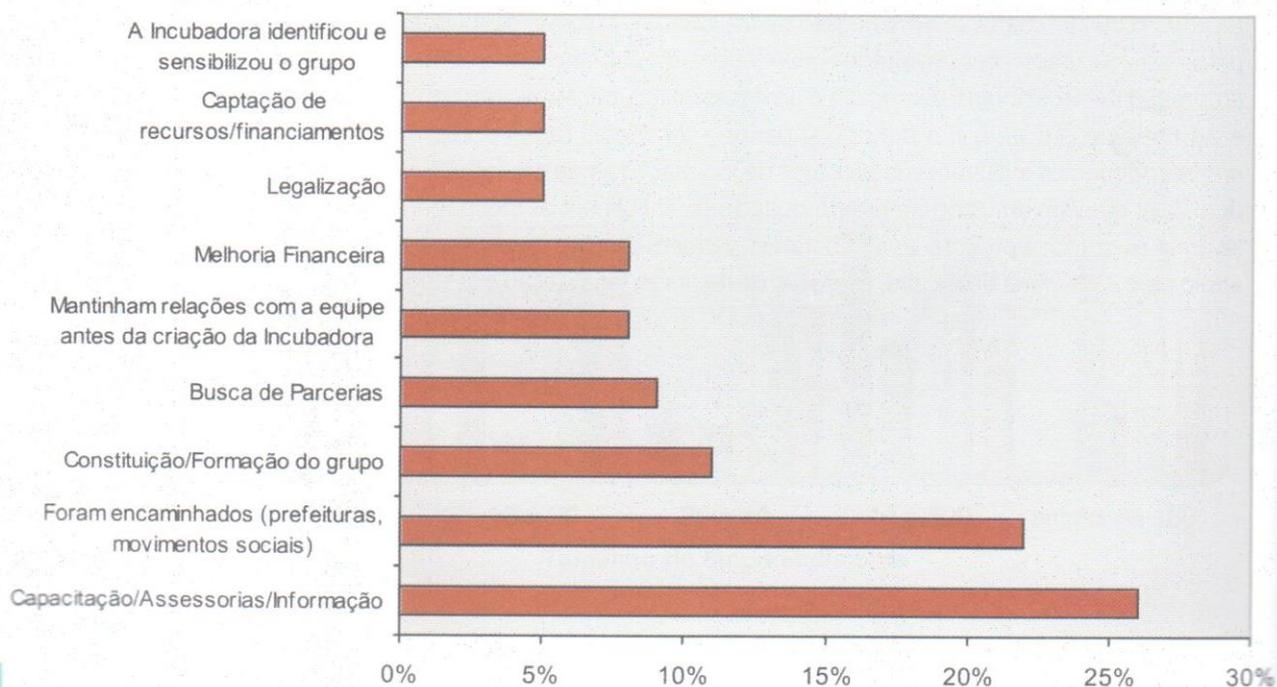
Gráfico 41 | Principais motivos para ingressar no processo de incubação

Nesse aspecto, merecem destaque as correlações entre as motivações iniciais para ingressar no processo de incubação e os aspectos relacionados às formas de seleção dos grupos, às formas de constituição jurídica adotadas e à origem do capital para constituir o empreendimento. As relações demonstradas entre estas variáveis e as informações captadas durante as visitas revelam a importância assumida pelas parcerias e as relações estabelecidas entre os grupos e as incubadoras com programas sociais públicos, movimentos sociais e instituições de apoio. Neste sentido, é revelador que cerca de 73% dos grupos encaminhados por prefeituras, movimentos sociais e instituições de apoio estejam constituídos na forma de cooperativas (tabela 5) e cerca de 52% destes grupos terem contado com doações na origem do capital inicial para constituir o empreendimento (tabela 6).

Tabela 5 I Motivos para integrar o processo de incubação e a forma jurídica dos empreendimentos

	Associação	Grupo informal	Micro-empresa Autogestionária	Cooperativa
Mantinham relações com a equipe antes da criação da Incubadora	50,00%	37,50%		12,50%
Constituição/formação do grupo	18,20%	54,50%		27,30%
Captação de recursos/financiamentos	40,00%	60,00%		
A Incubadora identificou e sensibilizou o grupo		60,00%		40,00%
Melhoria Financeira	25,00%	25,00%		50,00%
Legalização	40,00%			60,00%
Capacitação/Assessorias /Informação	19,20%	26,90%	3,80%	50,00%
Busca de Parcerias	11,10%	11,10%	11,10%	66,70%
Foram encaminhados (prefeituras, movimentos sociais)		27,30%		72,70%
Total	**18,20%**	**31,30%**	**2,00%**	**48,50%**

Tabela 6 | Motivos para ingressar no processo de incubação e origem do capital inicial do empreendimento

	Contribuições dos participantes	Crédito	Massa Falida	Verbas Proninc	Pagamento antecipado do cliente	Outros	Doações
Mantinham relações com a equipe antes da criação da Incubadora	54,80%	22,60%	9,70%		3,20%		9,70%
Constituição/formação do grupo	42,90%	35,70%					21,40%
Captação de recursos/financiamento	50,00%	33,30%				16,70%	
A Incubadora identificou e sensibilizou o grupo	66,70%			16,70%			16,70%
Melhoria Financeira	75,00%						25,00%
Legalização	50,00%	16,70%					33,30%
Capacitação/Assessoria /Informação	27,30%	27,30%		18,20%			27,30%
Busca de Parcerias	28,60%			7,10%		14,30%	50,00%
Foram encaminhados (prefeituras, programas sociais)	20,70%	10,30%	3,40%			13,80%	51,70%

Entre os serviços prestados diretamente pelas incubadoras aos empreendimentos, os mais freqüentes (mais de 50% dos casos) relacionam-se com a assessoria/capacitação gerencial, apoio na resolução de conflitos, assessorias jurídica e contábil (gráfico 42). O acompanhamento das incubadoras nessas áreas se reflete no aumento do grau de formalização jurídica dos empreendimentos conforme o tempo em que se encontram no processo de incubação (gráfico 43).

Gráfico 42 | Serviços prestados pelas Incubadoras

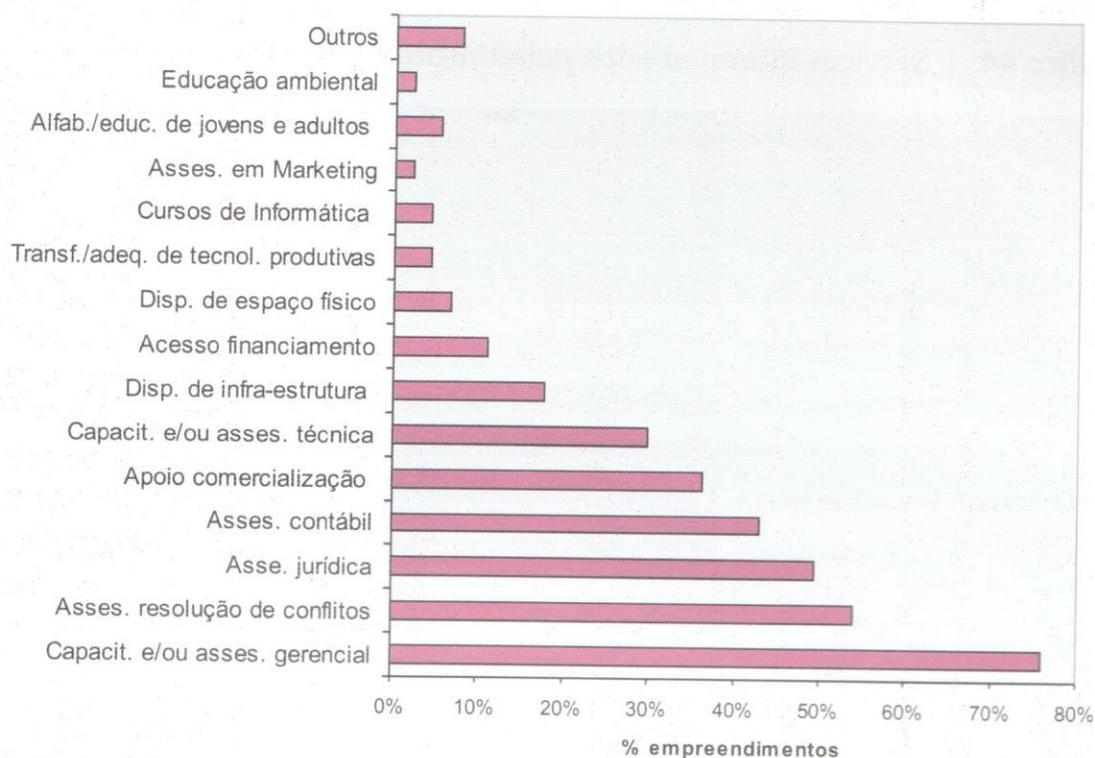



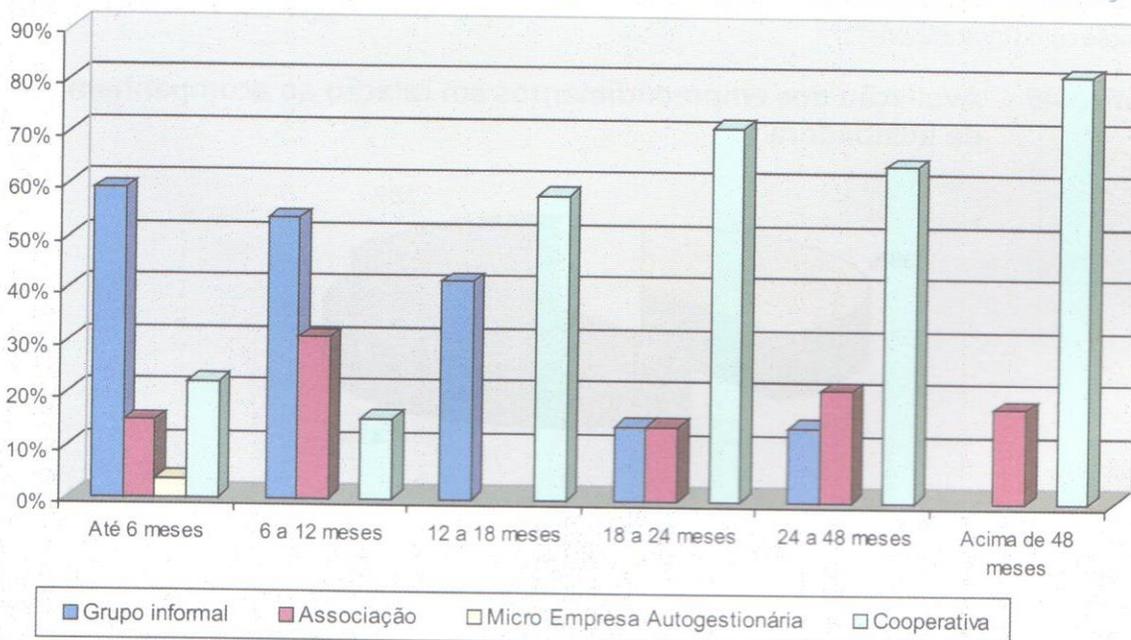
Gráfico 43 | Forma de constituição segundo tempo no processo de incubação

Embora corresponda a uma necessidade real de uma parcela significativa de empreendimentos, a concentração da atuação nessas áreas reflete também a composição das equipes técnicas (formadas majoritariamente por estudantes e professores das áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas). Em relação aos serviços intermediados pelas incubadoras, o mais freqüente é o acesso ao financiamento, envolvendo a identificação de fontes financiadoras e o apoio na elaboração de projetos para captação de recursos, com caráter de doação (gráfico 44).

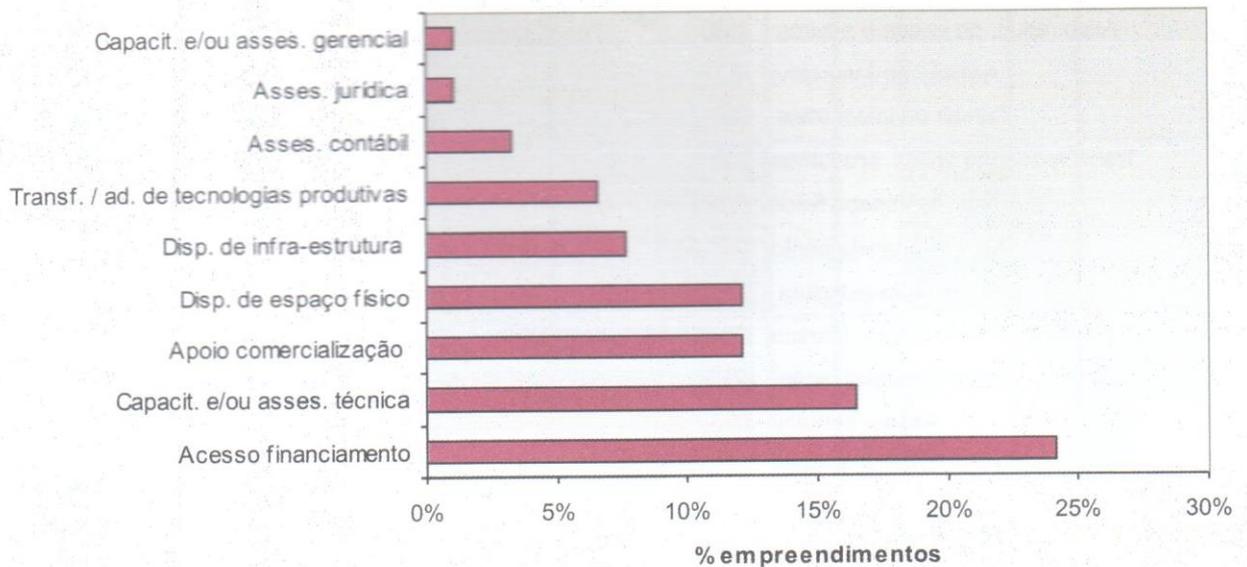
Gráfico 44 | Serviços intermediados pelas Incubadoras

Entre os empreendimentos pesquisados, 39% encontravam-se plenamente satisfeitos com a relação com a incubadora (gráfico 45). Os restantes dividiam-se entre 43% que, embora considerassem essa relação satisfatória, manifestaram críticas pontuais e/ou sugestões de modificação/melhoria e 18% que qualificaram a relação como insatisfatória.

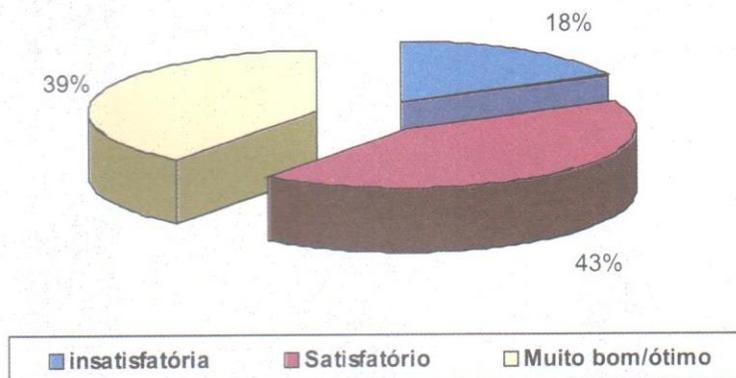
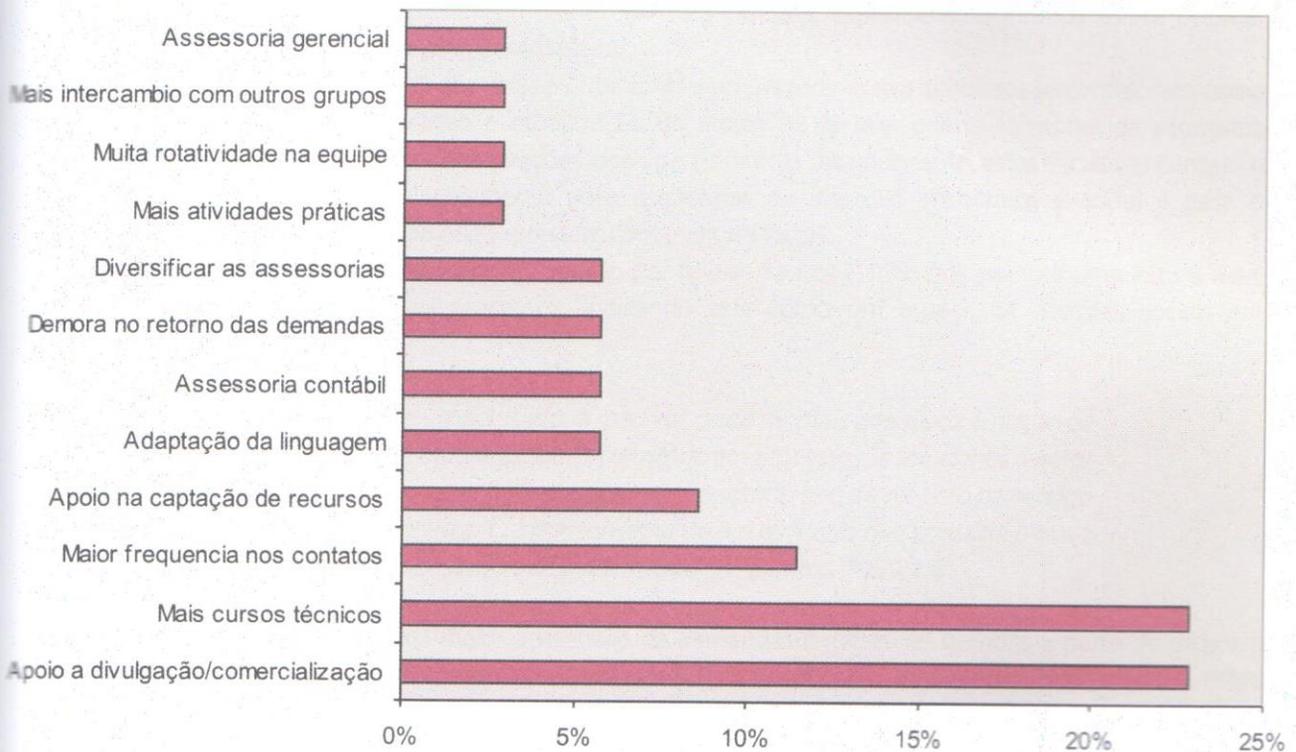
Gráfico 45 | Avaliação dos empreendimentos em relação ao acompanhamento da incubadora

As principais sugestões de modificação ou aperfeiçoamento no processo de incubação referem-se à natureza dos serviços oferecidos, como por exemplo: as demandas por um maior apoio na área de comercialização e uma maior oferta de capacitação na área técnica. Existem também demandas relacionadas com a dinâmica e com a forma do processo de incubação, entre as quais as solicitações de maior freqüência nos contatos, menor rotatividade da equipe de acompanhamento, mais agilidade na resposta das demandas apresentadas pelos grupos e adequação da linguagem ao nível educacional dos grupos (gráfico 46).

Gráfico 46 | Sugestões dos empreendimentos

VII Relações Institucionais, Parcerias e Influência nas Políticas Públicas

As incubadoras e empreendimentos incubados buscam fortalecer suas iniciativas no campo da economia solidária, sobretudo, através da constituição de fóruns e redes, compondo estratégias que articulem múltiplos atores e iniciativas nas esferas política, econômica e social.

As conexões externas, que em vários casos se configuram como etapas, expressas na metodologia adotada, em geral, se apóiam na perspectiva do desenvolvimento local. Há um conjunto de articulações que busca ampliar o espaço de participação dos grupos organizados, especialmente junto à esfera pública, influenciando a elaboração de legislações e políticas.

As redes e fóruns integrados pelas incubadoras e empreendimentos solidários se configuram como importantes espaços de articulação e mobilização de atores no fortalecimento territorial da economia solidária, especialmente junto a administrações locais participativas. Normalmente, estas iniciativas pensam o território como unidade de planejamento para estratégias de inserção econômica e social e para o estabelecimento de linhas de ação que expressam usos e valores locais.

O conceito de *território usado* elaborado por Milton Santos (1999) nos permite uma leitura mais aproximada da dinâmica destes processos, indicando este como um espaço de relações sociais em permanente construção.

> *"Essa idéia de território usado, a meu ver, pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo. Se tomarmos a partir de seu conteúdo, uma forma conteúdo, o território tem de ser visto como algo que está em processo. (...) Por conseguinte é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos" (Santos, 1999:15).*

Esta noção permite uma maior apreensão de demandas e iniciativas geradas a partir de diversos atores sociais, especialmente através da organização de fóruns e redes no campo da economia solidária. Estes espaços abrem a possibilidade de diálogos entre governo e sociedade civil, o que vem contribuindo para a atuação das incubadoras na capacitação de gestores públicos, assessorias e pesquisas relacionadas ao tema da economia solidária junto a governos municipais e estaduais.

Sendo assim, uma importante arena de articulação consiste nos fóruns, comissões e outras estruturas de fomento ao desenvolvimento local, nos quais participam 28% das incubadoras (gráfico 47).

Outro campo de conexões a ser destacado refere-se às articulações que ocorrem no âmbito da economia solidária: a quase totalidade das incubadoras encontra-se vinculada aos Fóruns Estaduais de Economia Solidária e participa regularmente de suas atividades (encontros, feiras, pesquisas etc.), além de ter sido, em muitos casos, co-responsável por sua criação .

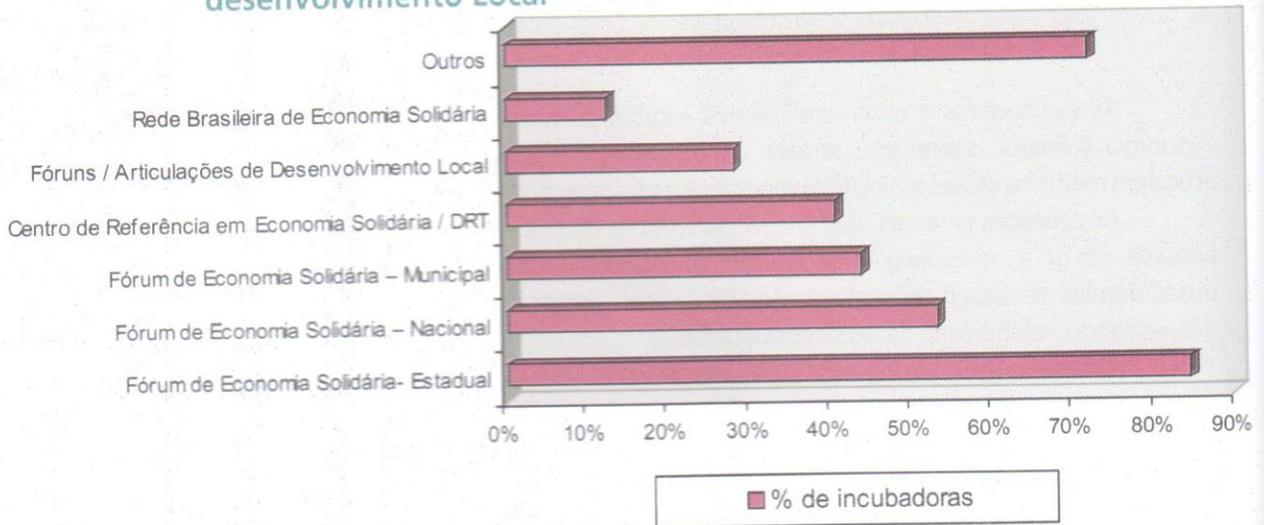
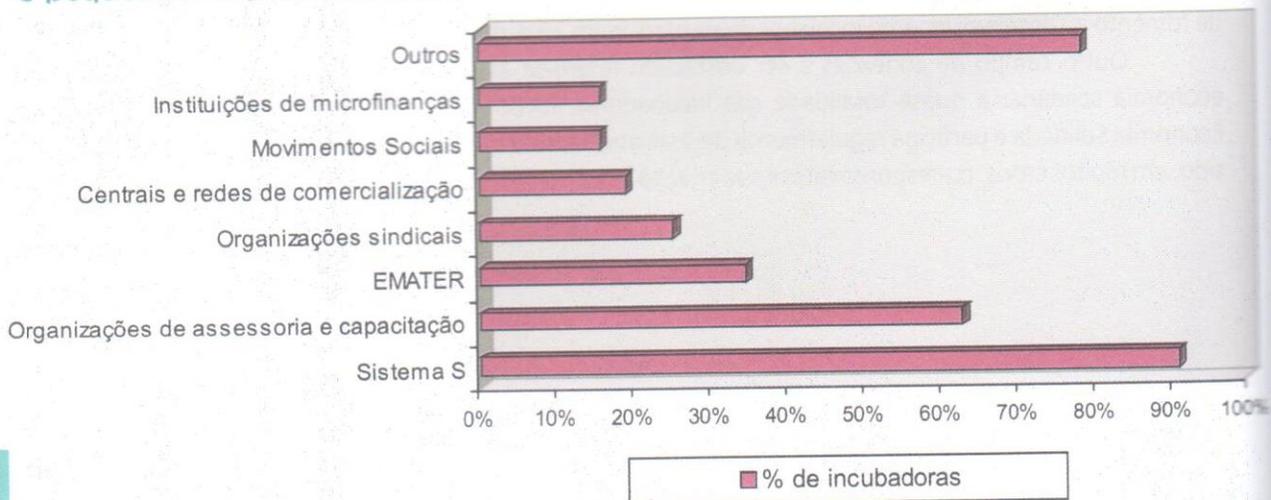
Gráfico 47 | Participação em fóruns e articulações de economia solidária e desenvolvimento Local

Além de terem a sua atuação marcada pelos referencias que orientam o movimento de economia solidária, as Incubadoras de Cooperativas Populares também buscam interagir com outros movimentos socais e formas de organização não-econômica de grupos marginalizados, tais como: associações de moradores e cooperativas de habitação, que atuam na regularização dos títulos de propriedade, na conquista de moradias adequadas e melhorias para os bairros; Movimento de Organização dos Espaços Agro-ecológicos; Movimento dos Sem-Terra; Movimento de Catadores de Resíduos Sólidos, entre outros. Em muitos casos estas iniciativas apontam para a constituição de empreendimentos econômicos coletivos; em outros, a própria formação dos empreendimentos requer estratégias de mobilização social para que se assegurem as possibilidades de inserção produtiva em determinados segmentos. Este é o caso das associações e cooperativas de catadores, que aparece como um dos principais segmentos apoiados pelas Incubadoras. Muitas destas organizações integram o Fórum Lixo e Cidadania, que atua na melhoria das condições de vida dos catadores e na reivindicação de uma gestão integrada dos resíduos sólidos nos municípios.

Gráfico 48 | Parcerias com instituições de apoio à micro e pequenos empreendimentos

Entre as instituições de apoio à micro e pequenos empreendimentos, os parceiros mais freqüentes das Incubadoras têm sido as instituições integrantes do Sistema S (em particular o SEBRAE, o SENAI e o SENAC). Outros parceiros freqüentes são a EMATER, organizações de capacitação e assessoria técnico-gerencial, organizações sindicais e redes/centrais de comercialização. A cooperação com essas instituições busca suprir algumas demandas por qualificação técnica do público assistido pelas Incubadoras bem como para a viabilização econômico-financeira dos empreendimentos incubados.

VIII Contribuições ao Processo de Institucionalização do Proninc

As informações e análises apresentadas neste documento referem-se ao conjunto de projetos monitorados através do Sistema de Acompanhamento desenvolvido pela FASE e que compreende as incubadoras apoiadas no âmbito do edital lançado em 2003 pelo Proninc.

Ao final deste estudo cabe resgatar alguns elementos relativos à história do Proninc e sua institucionalização enquanto política pública, contextualizando o conjunto de iniciativas e articulações que levaram à sua retomada ao final de 2003 e à indicação das principais linhas estratégicas que justificam a manutenção do Programa.

O Proninc se estrutura a partir 1998 com o apoio à constituição de Incubadoras de Cooperativas Populares em seis Universidades do país. A justificativa para a configuração do Programa nesse momento se deve à experiência inovadora de formação da ITCP/Coppe-UFRJ a partir do desenvolvimento da metodologia de incubação da Cootram (Cooperativa dos Trabalhadores de Manguinhos). Nessa primeira fase do Programa seis projetos para a implantação de incubadoras foram apoiados. Além da ITCP-Coppe, o Proninc atendeu às demandas para a constituição de incubadoras de Cooperativas Populares nas seguintes Universidades: UFC, UFJF, USP, UNEB e UFRPE

Após o lançamento deste primeiro edital a continuidade do Proninc foi comprometida pela falta de financiamento ao Programa. A partir destas seis incubadoras apoiadas e da atuação da Rede Unitrabalho e da Rede Universitária de ITCPs surgiram outras nove incubadoras e diversos núcleos universitários inspirados nesta atividade. Assim, a idéia das ITCPs teve grande receptividade em diversos locais e muitas universidades assumiram esta iniciativa, especialmente vinculando-a às atividades de extensão.

Diante do êxito da primeira edição do Proninc, o Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretária Nacional de Economia Solidária; o Ministério do Desenvolvimento Social; a Financiadora de Estudos e Projetos; a Fundação Banco do Brasil; o Banco do Brasil e o COEP – Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida decidiram reativar o programa. Recentemente, os Ministérios da Saúde e da Educação e o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas também foram incorporados ao Comitê Gestor do Proninc e, atualmente, 40 Incubadoras recebem financiamento através do Programa.

Mapa 1 | Universidades apoiadas pelo Proninc

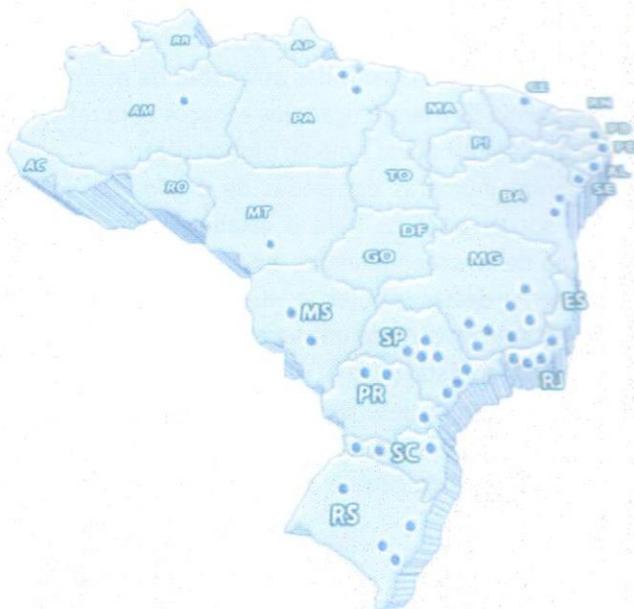



Tabela 7 | Universidades que integram atualmente o PRONINC

Universidades	Estado	Universidades	Estado
UFAM	AMAZONAS	PUC	RIO DE JANEIRO
UFRA	PARÁ	CEFET	RIO DE JANEIRO
UFPA	PARÁ	UFF	RIO DE JANEIRO
UNEB	BAHIA	USP	SÃO PAULO
CEFET	BAHIA	FGV	SÃO PAULO
UFRPE	PERNAMBUCO	UNICAMP	SÃO PAULO
UFAL	ALAGOAS	UNIMEP	SÃO PAULO
UFS	SERGIPE	UFSCar	SÃO PAULO
UFC	CEARÁ	UNESP	SÃO PAULO
UFPB	PARAÍBA	Fundação Santo André	SÃO PAULO
UFMS	MATO GROSSO DO SUL	UEL	PARANÁ
UEMS	MATO GROSSO DO SUL	UFPR	PARANÁ
UNEMAT	MATO GROSSO	UEM	PARANÁ
UFJF	MINAS GERAIS	FURB	SANTA CATARINA
UFLA	MINAS GERAIS	FUNOESC	SANTA CATARINA
UFV	MINAS GERAIS	UNOCHAPECO	SANTA CATARINA
UFVJM	MINAS GERAIS	UCPEL	RIO GRANDE DO SUL
UNIFEI	MINAS GERAIS	FURG	RIO GRANDE DO SUL
UFSJ	MINAS GERAIS	UNISINOS	RIO GRANDE DO SUL
UFRJ	RIO DE JANEIRO	UNIJUI	RIO GRANDE DO SUL

Apesar da relevância e dos impactos alcançados pelas ações executadas pelas incubadoras, o Proninc ainda busca sua institucionalização enquanto política pública. As fontes de recursos para a continuidade do Programa são instáveis e condicionadas ao lançamento de chamadas públicas e editais que atendem a demandas postas pelas instituições que compõem o seu Comitê Gestor. Desta forma, a vinculação das incubadoras ao Programa é efetivada através da execução de projetos financiados pelas entidades que integram o Comitê Gestor e que trazem junto com o financiamento demandas específicas em relação ao atendimento a determinado público-alvo, cadeias produtivas e territórios. Ainda que o lançamento de editais tenha viabilizado o funcionamento do Programa até o momento, a disponibilização de fontes de recursos regulares para a manutenção da estrutura institucional das incubadoras é uma necessidade.

Conforme observado durante a pesquisa, o êxito das atividades de acompanhamento aos grupos incubados tem relação direta com a garantia da manutenção dos espaços para reflexão das experiências, o que permite a visualização e implantação de alternativas a médio e longo prazo.

As universidades vêm recebendo inúmeras demandas de órgãos da administração municipal, movimentos sociais e de programas sociais públicos para o estabelecimento de diferentes formas de cooperação e assessoria na constituição de empreendimentos autogestionários e solidários. No entanto, a qualidade e a estabilidade no atendimento destas solicitações dependem da continuidade das ações que configuram seu campo institucional, enquanto estruturas que asseguram o espaço para a reflexão dos temas do cooperativismo e da economia solidária. Esta é uma vertente importante do campo de ação das incubadoras e que tem impacto direto sobre o desenvolvimento de estudos, pesquisas e tecnologias demandadas através das metodologias de acompanhamento aos empreendimentos incubados, contribuindo para maior estabilidade das equipes executoras e continuidade das atividades.

A esta vertente também se vincula a proposição da metodologia de incubação, desenvolvida pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, como tecnologia social[9], isto porque as universidades podem desempenhar um papel fundamental na manutenção do viés ideológico expresso no conceito. De acordo com o documento elaborado pela RTS – Rede de Tecnologia Social, "*a incubação e apoio a empreendimentos solidários é uma metodologia de ensino, aprendizagem e transferência de tecnologia de gestão para a criação de empreendimentos, valorizando a autogestão e inclusão social. O processo envolve a dimensão do letramento e acesso ao conhecimento e tecnologia*".

Através das relações estabelecidas entre incubadoras e grupos populares é possível submeter os processos de inovação tecnológica ao controle social no caminho da reorientação do padrão tecnológico vigente, socializar saberes e abrir a possibilidade de projetos técnico-científicos voltados para o desenvolvimento humano e pautados na noção de sustentabilidade. Na concepção da metodologia de incubação de empreendimentos solidários como tecnologia social está compreendido o processo de apropriação das forças produtivas, tal como proposto por Marx e Engels[10]. Este processo envolve, além do acesso aos meios de produção, procedimentos voltados para o desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas para uma interferência nas formas de organização do trabalho, nas técnicas empregadas nos processos produtivos e nas relações com o saber e as instituições de ensino.

Os processos de inovação expressos no padrão tecnológico dominante, quando incorporados às atividades produtivas, exercem um impacto negativo na redução do trabalho assalariado e produtivo e nos mecanismos de exploração e dominação. Já as Incubadoras atuam no desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho com foco na autogestão, podendo influenciar a configuração de um sistema cooperativista, que inclua estruturas voltadas para a inovação.

Iniciativas inspiradas nessa proposição e voltadas para a organização do sistema cooperativista vêm sendo realizadas por pesquisadores vinculados às Incubadoras no desenvolvimento de estudos e na elaboração de legislações na área. Tomam como diretriz a concepção do Direito que vai além das normas e dispositivos legais, incluindo também as estruturas de representação do cooperativismo popular e do movimento da economia solidária no país, significando a conquista do poder político. Esta abordagem parte da premissa de que as legislações devem abarcar as práticas sociais, através das quais são gerados os procedimentos para a sua formulação e aplicação.

Como dimensão do letramento[11] e do estabelecimento de espaços de aprendizagem, as metodologias de incubação constroem, a partir do universo das atividades práticas com grupos incubados, a base para a socialização e sistematização de conhecimentos e um novo modelo para as relações entre ciência, tecnologia e sociedade.

Os desafios colocados à atuação das Incubadoras ampliam-se no momento atual na medida em que suas atividades ganham escala a partir das demandas colocadas pelas parcerias e pelas diferentes formas de cooperação com programas sociais públicos, prefeituras e movimentos sociais e, ainda, das advindas da

[9] Parte das universidades apoiadas pelo Proninc e participantes das Redes de Incubadoras que compõem o Comitê Gestor do Programa integram atualmente a Rede de Tecnologia Social, que recentemente lançou uma chamada pública visando a reaplicação da metodologia de incubação.

[10] MARX, K. e ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

[11] O conceito de letramento, especialmente aplicado à educação de jovens e adultos, compreende a construção de métodos de aprendizagem tendo como princípio a abordagem de conteúdos e temas a partir do universo cultural dos sujeitos e de sua aplicação ao contexto vivido.

participação em editais. Através da participação na Rede de Tecnologia Social as Incubadoras vêm atuando na reaplicação da metodologia de incubação, o que envolve a transferência dos procedimentos adotados para a constituição de incubadoras e de acompanhamento a grupos para universidades, prefeituras e ONGs.

Chamadas a atender às solicitações encadeadas pelo reconhecimento da economia solidária como alternativa ao desafio da inclusão econômica e social, as incubadoras necessitam de fontes de financiamento estáveis que possibilitem a manutenção de suas estruturas de funcionamento enquanto espaços de reflexão e de acompanhamento aos grupos dentro dos princípios de autonomia que possam influenciar transformações mais amplas. Para este objetivo os recursos propiciados através do Proninc têm uma contribuição fundamental.

Referências Bibliográficas

BERTUCCI, Jonas e CUNHA, Gabriela. **Sistematização e Avaliação dos Processos do Primeiro Mapeamento da Economia Solidária no Brasil**. Brasília: SENAES-MTE, 2006.

Construindo Alternativas de Geração de Trabalho e Renda: Proninc – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, **Cadernos Oficina Social:** Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Trabalho e Cidadania, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

Fundação Banco do Brasil. **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 2004.

GEDIEL, José Peres. **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: UFPR, 2005.

MARX, K. e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Martins Fontes 1998.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos do IPPUR**. Rio de Janeiro, ano XIII, n 2, p.15-26. 1999.

SENAES-MTE. **Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2005.** Brasília: SENAES-MTE, 2006.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo, Martins Fontes, 1987.

ANEXO

O Universo do Proninc no Contexto da Economia Solidária no Brasil: Pontos a Destacar

*Caio Mário Silveira**

Este anexo tem como objetivo principal trazer à tona alguns elos entre os processos de incubação de cooperativas populares – apoiados pelo Proninc – e o contexto mais abrangente da economia solidária no Brasil. Com ênfase especial, trata-se de cotejar o estágio de conhecimento sobre os empreendimentos solidários no Brasil com o campo de atuação do Proninc e os ensinamentos advindos da sua trajetória.

Esse esforço traduz-se no diálogo entre os sistemas de incubação e o processo de implementação do SIES – Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária, cuja construção é aqui brevemente descrita, tendo como foco o primeiro mapeamento nacional de empreendimentos solidários, realizado em 2005 e divulgado no ano seguinte.

Após considerações sobre as características, avanços e limites do primeiro mapeamento nacional, são aqui destacados elementos de comparação entre o perfil dos empreendimentos incubados e o conjunto de empreendimentos identificados na pesquisa nacional. Para tanto, são examinadas variáveis básicas de caracterização dos empreendimentos e de seus participantes, tais como: localização regional, forma de constituição, distribuição por segmentos de atividade econômica, distribuição entre mulheres e homens e rendimentos do trabalho coletivo.

O terceiro tópico aborda sinteticamente o vínculo da metodologia de incubação com as lacunas e demandas detectadas no universo dos empreendimentos solidários, também incorporando dados do primeiro mapeamento nacional. Ao final, a título de conclusão, são tecidas algumas observações sobre o potencial dos sistemas de incubação e do acervo que ali vem sendo desenvolvido, tendo em vista o fortalecimento do campo da economia solidária no Brasil.

1 | A construção do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária e as características do primeiro mapeamento realizado

Desde sua formulação em 2003, quando foi inserido no PPA - Plano Plurianual 2004-2007 do Governo Federal, o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento previu a construção de um sistema de informações baseado em amplo mapeamento das iniciativas de economia solidária em todo o Brasil.

Esse processo teve início já no final de 2003 e, no primeiro semestre do ano seguinte, veio a ser consolidado o Termo de Referência do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária[12]. Além de

* Sociólogo, coordenador de projetos especiais da RITS (Rede de Informações para o Terceiro Setor) e coordenador Expo-Brasil Desenvolvimento Local.

[12] O Termo de Referência envolveu pessoas de diferentes instituições governamentais e da sociedade civil. Além dos representantes da SENAES e do Observatório do Mercado de Trabalho, do MTE, o GT incluiu as seguintes entidades: CUT -Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores, Fundação Unitrabalho, Rede de Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares, Fórum Mineiro de Economia Solidária, FASE, IBASE, IPEA, Universidade Católica de Salvador e MDA. Vide BERTUCCI, Jonas e CUNHA, Gabriela. Sistematização e Avaliação dos Processos do Primeiro Mapeamento da Economia Solidária no Brasil. Brasília: SENAES-MTE, 2006.

apresentar as definições conceituais básicas, este documento formulou os objetivos do SIES e orientou a metodologia para a realização do primeiro mapeamento nacional, que veio a abranger informações sobre os EES – Empreendimentos Econômicos Solidários e sobre as EAF – Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento.

Conforme previsto no Termo de Referência, o mapeamento foi executado em duas fases: a Fase I, com a construção, verificação e complementação de uma pré-listagem nacional de empreendimentos e entidades; e a Fase II, com a coleta de dados in loco junto aos empreendimentos identificados[13]. Ao longo de 2006, foram publicados os dados brutos da pesquisa realizada na Fase II do mapeamento, o documento de síntese intitulado Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2005 e, por último, o Relatório Nacional de Sistematização e Avaliação dos Processos do Primeiro Mapeamento da Economia Solidária no Brasil. Todos estes produtos estão publicamente disponíveis na internet (com acesso direto em www.sies.mte.gov.br ou através do sítio do Ministério do Trabalho e Emprego).

É importante salientar o caráter pioneiro, em âmbito internacional, deste amplo levantamento de informações e criação de um banco de dados sobre a economia solidária, especialmente em um país com as proporções do Brasil. E é também relevante considerar o caráter processual e progressivo de construção do SIES, entendendo o trabalho realizado até 2006 como um primeiro esforço, de grande envergadura, mas que não se caracteriza como um censo, no sentido de um retrato plenamente abrangente e capilarizado das iniciativas de economia solidária no território nacional.

O exame do Relatório de Sistematização, publicado pela SENAES/MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego em agosto de 2006, permite identificar algumas características e limites que marcaram esse primeiro grande mapeamento, em boa parte devido ao seu próprio pioneirismo.

Conforme mencionado, a Fase I do processo envolveu a consolidação de uma lista nacional de prováveis empreendimentos solidários. Esta pré-listagem, concebida como um ponto de partida para a pesquisa, teve como fonte principal os registros administrativos da RAIS – Relação Anual de Indicadores Sociais, incorporando também outros cadastros mais diretamente vinculados ao campo da economia solidária[14]. A lista preliminar incluiu cerca de 30 mil registros, que seriam confirmados ou não e complementados pelas equipes estaduais.

Ao término da Fase I, o universo a ser pesquisado no trabalho de campo (Fase II) correspondia a 20.070 empreendimentos, dos quais 75% foram efetivamente mapeados na Fase II, perfazendo o total de 14.954 EES. Como sugere o Relatório de Sistematização, não foi quantitativamente expressiva a identificação de outros empreendimentos, além daqueles incluídos na pré-listagem. Nesse sentido, o Relatório de Sistematização recomendou, para a terceira fase do mapeamento (em andamento em 2007), a ampliação ao máximo das redes locais de contatos, de modo a que o universo captado fique menos dependente da listagem nacional. Esta dependência foi um traço marcante do mapeamento de 2005 e influiu diretamente no perfil geral dos empreendimentos então pesquisados.

[13] A coleta de dados correspondente à Fase II viabilizou-se a partir de um amplo processo de mobilização, com a constituição de equipes gestoras em todos os estados e equipes de trabalho de campo envolvendo mais de 230 entidades e 600 técnicos e entrevistadores. Vide Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: SENAES-MTE, 2006.

[14] Além da RAIS, as fontes utilizadas foram: uma lista de cooperativas de assentados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, uma listagem fornecida pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, o Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas, listas de empresas autogestionárias enviadas por suas entidades de representação e informações obtidas junto a entidades de apoio diversas. Vide BERTUCCI, Jonas e CUNHA, Gabriela. Sistematização e Avaliação dos Processos do Primeiro Mapeamento da Economia Solidária no Brasil. Brasília: SENAES-MTE, 2006.

2 | Os dados do primeiro mapeamento nacional e o universo dos empreendimentos incubados: elementos de comparação

No segundo semestre de 2005, mesmo período em que ocorria o trabalho de campo do primeiro mapeamento da economia solidária no país, registrava-se a existência de 33 incubadoras apoiadas pelo Proninc, atendendo a um total de 315 empreendimentos. Este conjunto corresponde a um recorte específico no universo da economia solidária, com claras particularidades na sua tipologia, o que se expressa na distribuição diferenciada de variáveis básicas de caracterização como: localização regional, forma de constituição e segmento de atividade econômica, quando cotejadas com o primeiro mapeamento geral.

No que se refere à distribuição regional dos empreendimentos incubados, esta reflete antes de tudo a própria disposição geográfica das incubadoras em 2005. Assim, predominam os empreendimentos situados na região Sudeste (36%), seguidos pelas regiões Sul (28%) e Nordeste (26%). Trata-se de um perfil regional bastante distinto do observado no primeiro mapeamento, em que se destacou uma forte concentração na região Nordeste (44%) e uma proporção bastante reduzida de empreendimentos na região Sudeste (14%), conforme evidencia a tabela A1.

Tabela A1
Distribuição regional dos empreendimentos – Empreendimentos incubados (Proninc) e Empreendimentos em geral (primeiro mapeamento SIES)

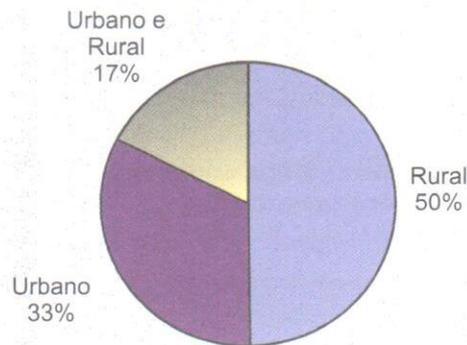
Regiões	Empreendimentos incubados (Proninc)	Empreendimentos em geral (Primeiro Mapeamento SIES)
Nordeste	26%	44%
Sul	28%	17%
Sudeste	36%	14%
Norte	6%	13%
Centro-Oeste	5%	12%
Total	**100%**	**100%**

No primeiro mapeamento a proporção acentuada de empreendimentos na região Nordeste e, notadamente, a baixa participação da região Sudeste, corresponderam a características que já se apresentavam na pré-listagem nacional (Nordeste: 39%, Sudeste: 19%). O aumento da diferença de 20% para 30% entre essas duas regiões, ao término da pesquisa de campo, decorreu do menor índice de empreendimentos pesquisados em relação ao cadastramento inicial, no caso da região Sudeste (57%), enquanto as regiões Nordeste e Sul atingiram 85% dos EES previamente identificados.

Vale ainda observar que o percentual de municípios registrados no primeiro mapeamento correspondeu a 41% dos existentes no território nacional, sendo que os dois estados brasileiros com maior número de municípios, ambos na região Sudeste (MG e SP), foram aqueles com os mais baixos índices de

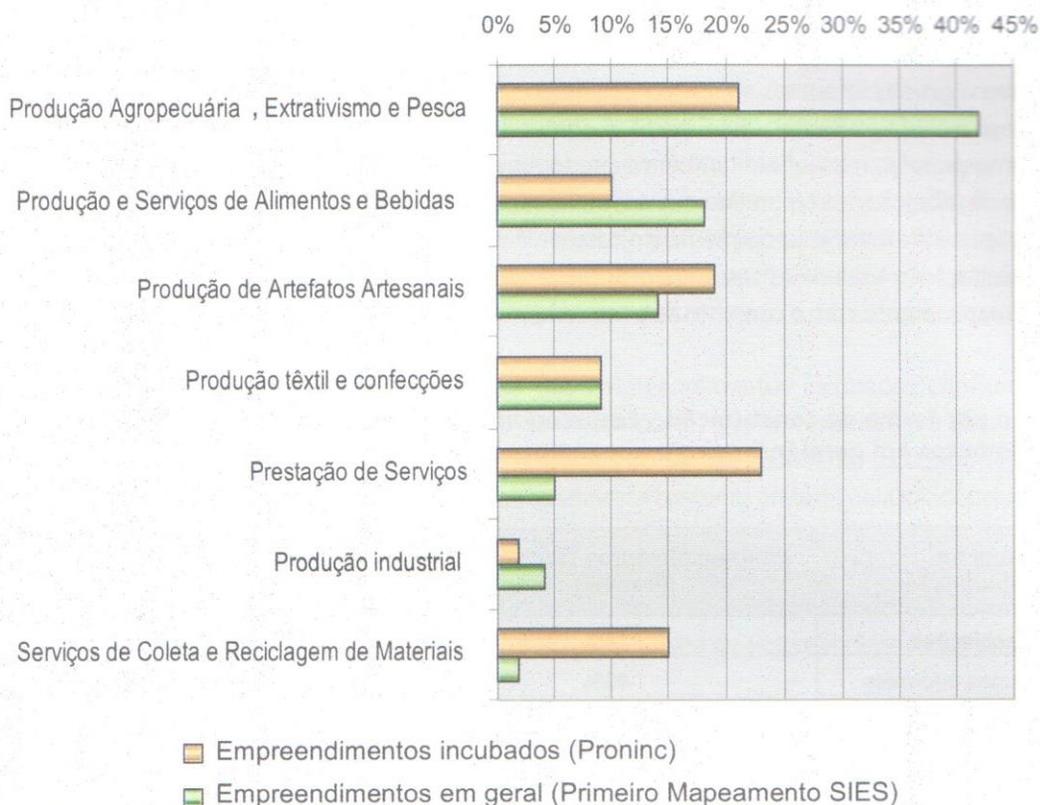
cobertura, 12% e 23%. Dos 854 municípios de Minas Gerais, 101 foram contemplados; dos 646 de São Paulo, 147. Isto significa que, tomados conjuntamente estes dois estados, 87% dos municípios não foram visitados ou não tiveram nenhum empreendimento solidário cadastrado. Esses dados indicam que permanece invisível a existência de empreendimentos solidários em grande parte do território nacional, sobretudo, na região Sudeste. Este traço que permite relativizar a distribuição regional obtida no mapeamento de 2005.

Outra variável tratada no primeiro mapeamento refere-se à distribuição dos empreendimentos por sua inserção no meio rural ou urbano. Segundo o resultado obtido, metade (50%) dos EES atua exclusivamente na área rural, 33% atuam exclusivamente na área urbana e 17% têm atuação tanto na área rural como na área urbana (gráfico A1).

Gráfico A1
Área de atuação dos empreendimentos solidários (primeiro mapeamento SIES)

Sem prejuízo da relevância do meio rural nesse universo, a proporção apresentada permite sugerir, na continuidade do mapeamento, um esforço mais intenso de identificação de pequenos empreendimentos solidários no setor informal urbano, sobretudo nas áreas mais populosas e densas, como as regiões metropolitanas.

Em consonância com o perfil predominantemente rural do universo, cadastrado no primeiro mapeamento, a distribuição dos empreendimentos por segmento de atividade econômica revela que os maiores percentuais corresponderam à produção agropecuária, extrativismo e pesca (42%), vindo a seguir, em patamar bem abaixo, alimentos e bebidas (18%), diversos produtos artesanais (14%) e prestação de serviços (13%).

Já no caso dos empreendimentos incubados no âmbito do Proninc, a distribuição apresenta perfil bastante distinto, com predomínio de atividades urbanas e, particularmente do setor de prestação de serviços (23%), em proporções acima do segmento de produção agropecuária, extrativismo e pesca (21%). O gráfico A2 permite cotejar a distribuição setorial dos empreendimentos incubados com aqueles identificados no primeiro mapeamento geral.

Gráfico A2
Distribuição por segmentos econômicos (nos sete de maior freqüência) – Empreendimentos incubados (Proninc) e Empreendimentos em geral (primeiro mapeamento SIES)

Ainda que estes resultados sejam significativos para a caracterização do perfil de atividade econômica dos empreendimentos incubados, em sua diferenciação face ao cadastro nacional, é importante reconhecer que, em ambos, constituiu uma freqüente dificuldade o enquadramento das atividades desenvolvidas pelos empreendimentos solidários dentro das categorias da CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas do IBGE, mesmo com os esforços de adaptação previamente realizados.

Outro aspecto de alta relevância, na tipologia dos empreendimentos mapeados, diz respeito à sua forma de constituição e, em particular, ao seu grau de formalização jurídica.

Segundo os resultados obtidos no mapeamento, a maioria dos empreendimentos tem a forma de associação (54%), seguida 21 pontos percentuais abaixo pelos grupos informais (33%). Chama a atenção, por sua vez, a proporção bastante reduzida de cooperativas, que representou 11% do total (e apenas 6% na região Nordeste).

Quando é discriminado o comportamento dessa variável por cada região, salienta-se a diferenciação verificada no Sudeste, onde há uma menor presença das associações (31%) e participação majoritária dos grupos informais (51%). Seguindo a lógica desses resultados, o aumento da capacidade de registro na região Sudeste (preenchendo a lacuna aqui apontada quanto a esta região, no primeiro mapeamento) levaria a uma incidência bem maior de empreendimentos informais no conjunto do quadro nacional.

[15] Vale aqui reforçar o dado apresentado no item II do corpo do presente Relatório, que evidencia a correlação entre o grau de formalização jurídica dos empreendimentos (predominantemente na forma de cooperativas) e o tempo em que se encontram no processo de incubação.

Cabe sugerir ainda que, de modo geral, a reduzida presença absoluta e relativa dos grupos informais no primeiro mapeamento vincula-se à pré-listagem nacional que, pela natureza de suas fontes principais (a RAIS, em especial), tendeu a acentuar a participação de empreendimentos legalizados no universo cadastrado.

Já no caso dos empreendimentos incubados, segundo o acompanhamento do Proninc, 45% correspondem a grupos informais e a proporção de cooperativas é 3,5 vezes maior do que a verificada no primeiro mapeamento nacional. Este perfil é, naturalmente, indissociável do foco do programa no cooperativismo popular, mas reflete também o predomínio da região Sudeste na ação das incubadoras e na conseqüente distribuição dos empreendimentos incubados, com presença expressiva de cooperativas e, ainda maior, de grupos informais, especialmente no caso de empreendimentos que se encontravam nos estágios iniciais de incubação[15]. A tabela A2 resume a distribuição quanto à forma de constituição dos EES, cotejando o universo do mapeamento com o conjunto de empreendimentos incubados.

Tabela A2
Distribuição por forma de constituição – Empreendimentos incubados (Proninc) e Empreendimentos em geral (primeiro mapeamento SIES)

Forma de constituição	Empreendimentos incubados (Proninc)	Empreendimentos em geral (Primeiro Mapeamento SIES)
Associações	14%	54%
Grupos informais	45%	33%
Cooperativas	38%	11%
Outras formas	3%	2%
Total	**100%**	**100%**

Outra variável relevante a ser considerada consiste na distribuição dos participantes/sócios dos EES entre mulheres e homens, tanto no primeiro mapeamento nacional quanto na amostra dos empreendimentos incubados, segundo o trabalho de campo realizado no acompanhamento do Proninc.

Um resultado que, tal como parece à primeira vista, chamou atenção quando da divulgação do mapeamento nacional de 2005 foi o predomínio significativo de homens na composição dos participantes dos empreendimentos solidários (64%).

Porém, há aspectos decisivos na análise do mapeamento que permitem melhor precisar e qualificar essa distribuição. Em primeiro lugar, é possível evidenciar que, dos 14.954 EES cadastrados, 89% têm participantes mulheres, enquanto foram registrados 83% com a participação de homens. Isto significa também que 17% dos EES contam apenas com mulheres, proporção maior do que os empreendimentos apenas com homens (11%).

Em segundo lugar, e mais digno de nota, verifica-se que quanto menor o tamanho do empreendimento maior é a participação relativa das mulheres. Nos 6 mil EES com até 20 membros, registrou-

[15] Vale aqui reforçar o dado apresentado no item II do corpo do presente Relatório, que evidencia a correlação entre o grau de formalização jurídica dos empreendimentos (predominantemente na forma de cooperativas) e o tempo em que se encontram no processo de incubação.

se a proporção de 54% de mulheres e 46% de homens. O predomínio de mulheres é ainda mais significativo nos EES com até 10 pessoas, chegando a 63%. Inversamente, nos empreendimentos com mais de 50 participantes, o percentual de homens atinge 66%.

Aqui, porém, chegamos a um aspecto fundamental que nitidamente questiona a aparente maior participação masculina nos empreendimentos solidários. Ocorre que, embora os empreendimentos com mais de 50 pessoas correspondam a 25% dos EES cadastrados, a proporção de participantes inseridos nesses empreendimentos atinge 81% do total, o que faz com que a distribuição geral praticamente reproduza a distribuição dos empreendimentos de maior porte, ainda que estes sejam minoritários no conjunto. Destaca-se ainda que, tomados apenas os empreendimentos com mais de 50 pessoas, a média de participantes registrada no mapeamento chega ao número bastante elevado de 260 pessoas (sendo que a média nacional registrada foi de 84 participantes por EES). Tal constatação, além de suas implicações para a análise do perfil geral do universo mapeado, permite delimitar e distinguir com maior clareza a distribuição ali verificada entre mulheres e homens.

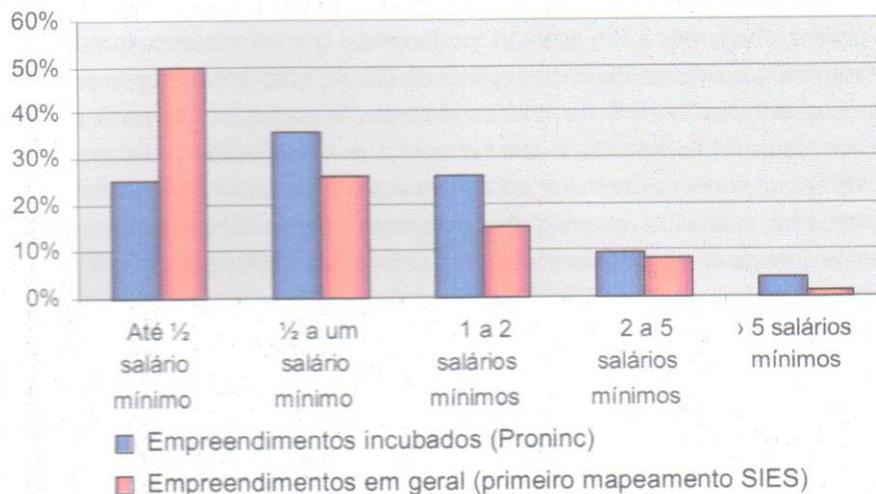
Embora em outras proporções, a amostra dos empreendimentos incubados confirma a mesma tendência de maior participação feminina naqueles de menor porte, que correspondem à ampla maioria do universo. Salienta-se ainda a média geral de 28 participantes por empreendimento incubado, menos de um terço da média observada no mapeamento nacional, sendo esta bastante afetada pela incidência de EES com centenas de participantes, conforme evidenciado acima.

Por último, com a finalidade de propiciar uma visão aproximada da renda dos sócios dos empreendimentos solidários, ao menos no que tange aos rendimentos do trabalho associativo, cabe expor os resultados do mapeamento nacional, bem como os dados da amostra de empreendimentos visitados durante o trabalho de acompanhamento do Proninc, em 2005.

No âmbito do primeiro mapeamento nacional, do total de empreendimentos que informaram remunerar seus sócios, 50% propiciavam remuneração média com valor até meio salário mínimo (SM) e 26% de meio a um SM. Portanto, 76% situavam-se na faixa de remuneração até um salário mínimo. Segundo a análise expressa na síntese do primeiro mapeamento, "este dado deve ser compreendido à luz das motivações que originaram os EES, pois para muitos empreendimentos a razão de sua existência está na possibilidade de complementação de renda dos associados"[16].

O gráfico A3 permite comparar as informações do mapeamento nacional com as levantadas junto à amostra de empreendimentos incubados. No caso destes, é também majoritária, embora em menor grau, a faixa de remuneração até um salário mínimo (61%), porém com metade do percentual até ½ SM (25%) e com maior proporção no intervalo entre um e dois SM (26%) e acima de 2 salários mínimos (13%).

[16] Vide Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: SENAES-MTE, 2006.

Gráfico A3
Média de remuneração em salários mínimos - Empreendimentos incubados (Proninc) e Empreendimentos em geral (primeiro mapeamento SIES)

Ressalta-se que, entre os sócios dos EES incubados, 66% têm no empreendimento seu único trabalho, embora outras fontes de renda familiar devam ser consideradas. É particularmente relevante observar que 22% dos sócios são atendidos pelo Programa Bolsa-Família ou outros programas de transferência de renda, o que indica o potencial de aprofundamento da interface entre a participação nesses programas e a inclusão produtiva pela via dos empreendimentos coletivos e solidários, particularmente através de processos de incubação[17].

Em linhas gerais, o gráfico A3 indica a predominância de baixos rendimentos do trabalho tanto no mapeamento geral quanto nos empreendimentos incubados, embora em proporções mais favoráveis neste último grupo. No caso dos incubados, destaca-se ainda que, entre os fatores que afetam a remuneração, foi possível identificar a correlação positiva entre o tempo de incubação e os rendimentos auferidos no empreendimento.

3 | As necessidades dos empreendimentos solidários e a metodologia de incubação

Dada a escala ainda reduzida do alcance dos sistemas de incubação no âmbito do Proninc, estes abrangem uma proporção correspondente a 2% do elenco de empreendimentos já mapeados no âmbito do SIES. Não obstante, é significativa a correspondência entre a oferta efetiva (e potencial) das incubadoras e as lacunas - necessidades e demandas de apoio dos empreendimentos solidários identificados no primeiro mapeamento do SIES.

Isto é perceptível não apenas considerando isoladamente as diferentes modalidades de apoio possíveis, mas, sobretudo, quando se considera a necessidade de uma oferta múltipla e integrada, capaz de contribuir de forma mais sistêmica para a superação das fragilidades identificadas na trajetória dos empreendimentos solidários.

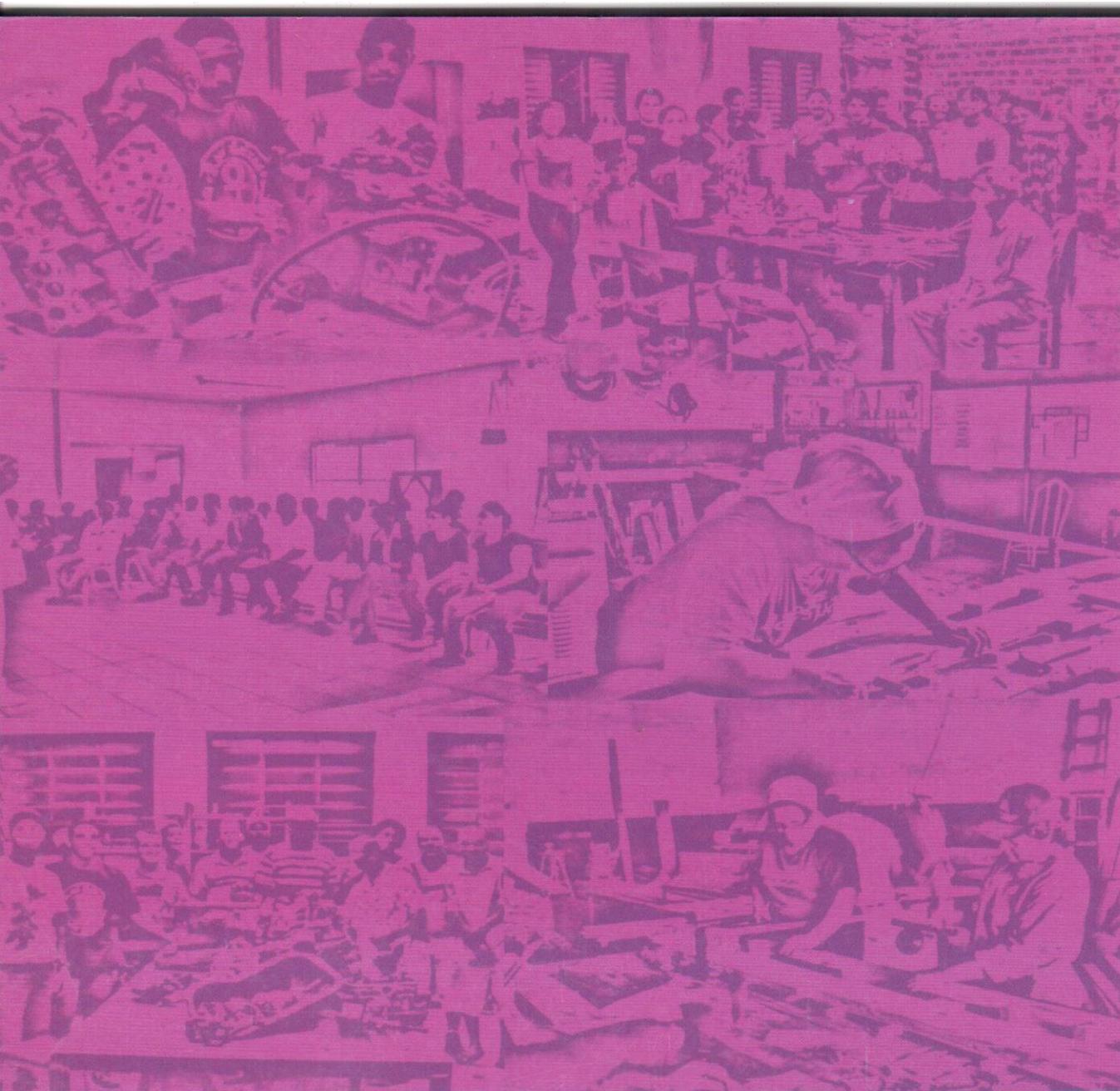
[17] No caso do primeiro mapeamento nacional, não constaram, entre as variáveis presentes no formulário, informações sobre a participação em programas de transferência de renda, como principalmente o Bolsa-Família.

Reconhecidamente, o acúmulo mais denso dos processos de incubação diz respeito à articulação entre múltiplas dinâmicas de acompanhamento e apoio aos empreendimentos, que se expressam como um conjunto orgânico de serviços prestados e intermediados. Entre os elementos desse conjunto, pode-se destacar, entre aqueles que correspondem às principais lacunas dos empreendimentos solidários e de seus ambientes locais de constituição:

- Identificação de demandas comunitárias para a formação de EES;
- Diagnóstico e planejamento quanto à viabilidade econômica;
- Assessoria jurídica e contábil;
- Assessoria em relacionamento grupal e gerenciamento de conflitos;
- Capacitação gerencial;
- Capacitação e/ou assessoria técnica;
- Acesso a fontes de financiamento;
- Apoio à comercialização de produtos e serviços; e
- Articulação com outros empreendimentos e instituições diversas.

Conforme identificado no primeiro mapeamento nacional, no âmbito do SIES, são consideráveis as lacunas dos empreendimentos solidários quanto ao acesso a serviços dessa natureza. Menos de 10% dos empreendimentos pesquisados mencionaram oportunidades de suporte no tocante à viabilidade econômica, à assessoria jurídica ou ao apoio à comercialização, por exemplo.

A maior dificuldade apontada no mapeamento consistia na comercialização (61%), questão-chave cujo equacionamento não se resolve sem a construção social e política de mercados e sistemas de fomento, no contexto de uma política pública abrangente, que inclui a configuração de marcos institucionais, legais e tributários adequados à expansão do universo da economia solidária. Porém, no que tange ao aporte dos sistemas de incubação nessa área, embora presente no seu arcabouço metodológico, é apenas no período mais recente que tal modalidade de apoio vem sendo trabalhada de forma mais intensa e promissora nos sistemas de incubação. Estes, conforme já foi apontado no presente documento, têm se voltado mais ativamente para a articulação de cadeias produtivas e de comercialização, especialmente entre os próprios empreendimentos solidários, bem como para as conexões com processos de desenvolvimento local, no reconhecimento do território como referência de constituição sócio-produtiva em bases solidárias e com maior capacidade de integração horizontal.

Em síntese, a metodologia de incubação constitui-se como um sistema aberto e em aperfeiçoamento que se torna já reconhecido como uma tecnologia social a serviço dos empreendimentos populares coletivos, especialmente por sua vocação de trabalho integrado e ação sistêmica.

COMITÊ GESTOR DO PRONINC

FINANCIADORES

ISBN 978-85-86471-30-8

Diagnóstico e Impactos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares

Organização
Ana Paula de Moura Varanda
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva Cunha